

**ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA,
DE 30 DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZ**

----- Aos **trinta** dias do mês de **Setembro** de **dois mil e dez**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a **Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda**, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: -----

----- **1- DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ACTAS:** -----

----- **1.1** – Acta da 1ª. Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 24 de Março de 2010; -

----- **1.2** – Acta da 2ª. Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 09 de Abril de 2010; ---

----- **1.3** – Acta da 3ª. Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 24 de Abril de 2010; ---

----- **1.4** – Acta da 3ª. Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Junho de 2010. -----

----- **2 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **3.1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA** acerca da actividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto nos artigos nºs 53º n.º 1, alínea e) e 68.º n.º 4, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.2 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal para a Comissão Municipal de Protecção Civil – Aprovação da sua constituição e do Regulamento de Funcionamento**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), nº 2, do artigo 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.3 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Concurso Público Internacional para a Concessão da Cantina Municipal, bar anexo e fornecimento de**

refeições aos estabelecimentos de educação do Concelho de Águeda – rectificação do prazo de início da concessão, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea q), do nº 2, do artigo .53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.4 – Participação da CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro no PCI – Parque Ciência e Inovação, SA – tomada de conhecimento**, conforme o disposto na alínea d), do nº 1, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.5 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda de Adesão do Município de Águeda à Rede CIUMED – Rede das Cidades Médias da Europa**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.6 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Nomeação de um Revisor Oficial de Contas do Município**, de acordo com o nº 2, d artigo 48º, da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro; -----

----- **3.7 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Regulamento Municipal de Publicidade – aprovação da 2ª alteração**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.8 – Discussão e Votação do Plano Plurianual de Investimentos – Alteração da obra de Requalificação da EB1, 2, 3 Fernando Caldeira em Águeda**, de acordo com a alínea b), do nº 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.9 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Autorização de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia mediante realização de protocolos**, conforme a alínea s), do nº 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.9.1. – Junta de Freguesia de Fermentelos – Construção de passeios na Rua da Igreja;**

----- **3.9.2. – Junta de Freguesia de Águeda – Construção de estradão entre a Ponte de Bolfiar,**

Sernada, Alfusqueiro, 2ª fase;;

----- **3.9.3. – Junta de Freguesia de Aguada de Cima** – Construção de valetas e aquedutos e regularização do piso com *tout-venant* na Rua da Canada; -----

----- **3.9.4. – Junta de Freguesia de Belazaima do Chão** – Arranjo urbanístico das escadas do cemitério em Belazaima; -----

----- **3.9.5. – Junta de Freguesia de Recardães** – Regularização de águas pluviais na Rua dos Namorados; -----

----- **3.9.6. – Junta de Freguesia de Espinhel** – Prolongamento e alargamento da Rua da Fonte, Piedade; -----

----- **3.9.7. – Junta de Freguesia de Águeda** – Construção e manutenção de passeios e valetas na freguesia; -----

----- **3.9.8. – Junta de Freguesia de Macieira de Alcoba** – Iluminação exterior do Largo da Igreja e cemitério; -----

----- **3.10 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal para aprovação da Derrama sobre o Lucro Tributável sujeito e não isento de IRC , para o ano 2011**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea f), do nº 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.11 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal para aprovação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os prédios urbanos – para o ano 2011**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea f), do nº 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.12 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal para aprovação de Majoração da Taxa do Imposto Municipal sobre Prédios Urbanos Degradados, para o ano 2011**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea f), do nº 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.13 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal para aprovação de Majoração da Taxa do Imposto Municipal sobre Prédios Urbanos Devolutos, para o ano 2011**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea f), do nº 2, do artigo 53º, da Lei

n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.14 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Fixação da Taxa Municipal por Direitos de Passagem e atravessamento do domínio público e privado municipal por sistema, equipamentos e demais recursos destinados ao estabelecimento de redes de comunicação electrónica, para o ano 2011**, para cumprimento do disposto na alínea e), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.15– (Ins) Estabilidade sócio-económica do tecido empresarial do Concelho e do País face a previsíveis alterações, de liberalização aduaneira, cuja implementação é defendida no seio da U.E. – Voto de Protesto.** -----

----- A Sessão foi Presidida pelo Senhor Engenheiro **ANTÓNIO CELESTINO PEREIRA DE ALMEIDA**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e Secretariada pelas Senhoras **Marlene Domingues Gaio e Carla Eliana da Costa Tavares**. -----

-----Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, declarou aberta a **Quarta Sessão Ordinária**, pelas vinte e uma horas, tendo cumprimentado os Senhores Deputados da Assembleia Municipal; o Executivo; a Comunicação Social e o Público presente. -----

----- **À Sessão Ordinária compareceram os seguintes Deputados da Assembleia Municipal:**

----- António Celestino Pereira de Almeida - PS; -----

----- Nair Barreto de Carvalho Alves da Silva - PSD; -----

----- José Carlos Raposo Marques Vidal - PS; -----

----- Alberto José Fernandes Marques - PSD; -----

----- Dália Maria Silva Santos Costa - PS; -----

----- Carlos Alberto Baptista Guerra – PS; -----

----- Paulo Manuel Matos Soares - PSD; -----

----- Daniela Carina Alves Mendes – PS; -----

----- Joana Cristina Correia dos Santos – PSD; -----

----- António Manuel Fernandes Martins – CDS/PP; -----

----- Tiago André da Costa Soares - PS; -----

- Hilário Manuel Ferreira dos Santos - PSD; -----
- Casimiro Agnelo Oliveira Pinto – PS; -----
- Elisa Maria Pires de Almeida - PS; -----
- António Manuel de Almeida Tondela - PSD; -----
- Carla Eliana da Costa Tavares - PS; -----
- Marlene Domingues Gaio - PSD; -----
- José Manuel Gomes de Oliveira - PSD; -----
- Alexandre Pires Duarte - PS; -----
- Eunice Pereira dos Santos Neto – CDS-PP; -----
- Francisco Rogério Martinho Estrela – PS. -----
- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta de Freguesia (PJF):** -----
- António Farias dos Santos – PSD – PFJ de Agadão; -----
- Rui Pedro Pinho Carvalho – II–Ind. – PFJ de Aguada de Baixo; -----
- Heitor Pereira Abrantes Garruço – PSD – PFJ de Aguada de Cima; -----
- Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – PFJ de Águeda; -----
- Wilson José de Oliveira Dias Gaio – PSD - PFJ de Barrô; -----
- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PSD - PFJ de Belazaima-do-Chão; -----
- Jorge da Silva Mendes – PS - PFJ da Borralha; -----
- Victor Manuel Abrantes Silva – PSD - PFJ de Castanheira do Vouga; -----
- Manuel de Almeida Campos – Lista do Progresso - PFJ de Espinhel; -----
- Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PSD - PFJ de Fermentelos; -----
- Alcides de Jesus – PSD - PFJ de Lamas do Vouga; -----
- Pedro Daniel Henrique Rodrigues – Plenário - PFJ de Macieira de Alcoba; -----
- Armando Paulo Almeida Galhano – PSD - PFJ de Macinhata do Vouga; -----
- Fernando Tavares Pires – PSD - PFJ de Óis da Ribeira; -----
- Pedro António Machado Vidal – CDS-PP - PFJ do Préstimo; -----
- Manuel de Oliveira Duarte – CDS/PP - PFJ de Segadães; -----
- Mário Ramos Martins – PS - PFJ de Travassô; -----
- Carlos Alberto Ferreira da Silva – CDS/PP - PFJ de Trofa; -----

----- Carlos Alberto Carneiro Pereira – PSD - PFJ de Valongo do Vouga. -----

----- **Não compareceu à Sessão, o seguinte PJJ:** -----

----- Pedro Alexandre Almeida Gomes – PSD - PFJ de Recardães; -----

----- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Elementos:** -----

----- Gil Nadais Resende da Fonseca – Presidente - PS ; -----

----- Jorge Henrique Fernandes Almeida – Vereador e Vice-Presidente - PS; -----

----- Elsa Margarida de Melo Corga – Vereadora - PS; -----

----- Carla Jacinta Garruço de Almeida – Vereadora - PSD; -----

----- João Carlos Gomes Clemente – Vereador - PS; -----

----- Brito António Rodrigues Salvador – Vereador - PSD -----

----- Manuel Correia Marques – PSD – Vereador -----

----- **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DE ACTAS** -----

----- De seguida, o Senhor Presidente de Mesa da Assembleia, passou à discussão e aprovação das Actas: -----

----- **1.1** – Acta da 1ª. Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 24 de Março de 2010; -

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto, o Senhor Presidente da Mesa, colocou-a a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por Maioria, deliberou aprovar o texto da Acta da 1ª. Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 24 de Março de 2010. ---

----- **1.2** – Acta da 2ª. Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 09 de Abril de 2010; ---

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto, o Senhor Presidente da Mesa, colocou-a a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por Maioria, deliberou aprovar o texto da Acta da 2ª. Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, de 9 de Abril de 2010. -----

----- **1.3** – Acta da 3ª. Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 24 de Abril de 2010; ---

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto, o Senhor Presidente da Mesa, colocou-a a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por Maioria, deliberou aprovar o texto da Acta da 3ª. Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 24 de Abril de 2010; -----

----- **1.4** – Acta da 3ª. Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Junho de 2010. -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto, o Senhor Presidente da Mesa, colocou-a a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por Maioria, deliberou aprovar o texto da Acta da 3ª. Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 30 de Junho de 2010. -----

----- **CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA** -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** procedeu à leitura da correspondência a si dirigida: -----

----- De **Manuel Almeida Farias**: -----

----- “Assunto: Pedido para a suspensão temporária de mandato. -----

----- Nos termos previstos no art. 7º do Regimento da Assembleia Municipal de Águeda, venho apresentar o pedido de suspensão do meu mandato na Assembleia Municipal a que V. Exa. preside, por um período de 30 (trinta dias), a partir da data de hoje, com o fundamento de estar ausente do território do concelho de Aguda, repetidamente neste período, incluindo deslocações profissionais e sócio-culturais para fora do continente -----

----- Nos termos previstos no referido regimento, solicito a minha substituição legal nas sessões da Assembleia Municipal de Águeda que possam ocorrer neste período de trinta dias. -----

----- Com as minhas saudações, Manuel Almeida Farias”. -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa colocou a votação o pedido de suspensão temporário, tendo-se verificado que a Assembleia, por Unanimidade, deliberou aprovar o pedido de suspensão apresentado à Mesa da Assembleia.-----

----- De acordo com o Regimento foi convocada para sua substituição, Casimiro Agnelo Oliveira Pinto – PS, que após a verificação da sua identidade e legitimidade tomou posse nesta Assembleia Municipal. -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** usou da palavra, concluindo o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Eu quero usar da palavra para dizer que há figuras que marcam os tempos e as Instituições e é justo na hora da sua despedida referi-las e lembrá-las. Estou a referir-me a Manuel Antunes de Almeida e a Neftali da Silva Sucena. -----

----- O Engenheiro Neftali da Silva Sucena foi Director Técnico desta Câmara Municipal durante décadas e dedicou-se a Águeda, projectando e executando infra-estruturas que ajudaram a sustentar o desenvolvimento deste nosso Concelho de Águeda. -----

----- Por isso, considero também justo ser evocado hoje aqui o nome do Engenheiro Neftali da Silva Sucena pelo trajecto profissional que teve nesta Câmara Municipal de Águeda e ao serviço do nosso Concelho. -----

----- Relativamente a Manuel Antunes de Almeida, em homenagem e elogio à democracia que ele praticou, defendeu e promoveu, convido o Grupo Parlamentar do PSD a usar o meu tempo para referência à figura do Doutor Manuel Antunes de Almeida”. -----

----- De imediato, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** concedeu a palavra aos **Deputados dos Grupos Municipais**, os quais fizeram as intervenções de homenagem que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- **Deputada Nair Barreto Carvalho Alves da Silva - GM do PSD::** -----

----- “Antes de começar queria agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal a cedência do seu tempo para que o PSD possa homenagear um político, que é um político e um homem abrangente e de todos os Partidos pela forma como ele defendia Águeda e começava por pedir um minuto em silêncio pela sua memória. -----

----- Realiza-se hoje a primeira sessão da Assembleia Municipal depois de 27 de Julho, data do desaparecimento do mundo dos mortais do saudoso amigo Doutor Manuel Antunes de Almeida, nos Hospitais da Universidade de Coimbra, para onde fora transferido de urgência do Hospital de Águeda. -----

----- Operado a um aneurisma, resistiu a uma longa e complexa intervenção cirúrgica, mas acabou por falecer poucas horas depois. -----

----- Prestes a completar 69 anos de idade, o lutador incansável pelo progresso e qualidade de vida das gentes deste Concelho, reagindo contra a doença que o vinha afligindo há anos, tinha perdido a sua última batalha, perante a realidade da morte, cruel, impiedosa e imbatível. -----

----- O seu funeral realizou-se no dia 29 de Julho no cemitério de Castanheira do Vouga. -----

----- Foi uma sincera manifestação de pesar e uma grandiosa homenagem do povo do Concelho de Águeda a uma figura de excepcional valor e a um aguedense que, pelas suas qualidades e integridade de carácter, esclarecida inteligência, trabalho dedicado e constante, nobremente honrou e prestigiou a profissão de Advogado e os cargos públicos que exerceu como Professor na Escola Secundária Marques de Castilho em Águeda, como Vereador, Presidente da Câmara Municipal de Águeda e Membro desta Assembleia Municipal, em vários mandatos, representando o Partido Social Democrata. -----

----- Muitos de nós conhecemos bem os traços que fazem o percurso intelectual, cívico e político da vida de Antunes de Almeida. Natural de Fagoselhe, Castanheira do Vouga, de onde um dia

partiu para se licenciar em Direito pela Universidade de Coimbra, nunca esqueceu a sua terra natal, as suas gentes, as suas orgulhosas raízes e sempre com o sentido do passado e visão do futuro. -----

----- Homem de cultura transdisciplinar, sabia por muito ler, por saber ouvir, por interpretar e por ensinar. Mas também aprendeu pela boca do povo de Falgoselhe, cujo símbolo é certamente a sua mãe, felizmente ainda viva e a quem tanto amava e estimava. -----

----- Nos tempos difíceis que o país atravessa, parece-me elementar bom senso o regresso ao silêncio criador, escutar nos sinais do tempo presente, o eco das palavras de sabedoria das muitas intervenções de Antunes de Almeida nesta Assembleia, que certamente nos ajudam a redescobrir o essencial na floresta do efémero, os valores fundamentais da tolerância, a consciência da cidadania vivida com responsabilidade e vigilância, continuando o seu combate pelos superiores interesses do nosso Concelho. -----

----- Durante vários anos exerci com o Antunes de Almeida e com a sua companheira de toda a vida, a Dra. Maria dos Anjos, em convívio afectuoso, o professorado na Escola Secundária Marques de Castilho. -----

----- Exemplar pai de família, avô babado dos seus netos, ele marcou para a vida toda milhares de jovens de estudantes, que ao longo de mais de um quarto de século, passaram pela Marques de Castilho e dele receberam formação, conselho, orientação e testemunho de vida. -----

----- Sentimos um grande vazio e uma imensa saudade de não podermos voltar a ver nesta sala o Antunes de Almeida tal como ele ficará para sempre na nossa memória, que continua viva, a iluminar o caminho de quantos o conheceram e com ele conviveram. -----

----- Inquieto, entusiasmado, esfusiante, polémico, parecendo que vai saltar daquela cadeira a cada momento e vai pedir a palavra ao Senhor Presidente da Mesa, subir a esta tribuna para responder a um adversário político, mas certamente a um amigo, com reflexões sérias, exactas, ponderadas, apaixonadas e ajustadas à sua emoção, enquanto lhe olhamos para as mãos nervosas, que não sabem estar quietas, ajudando a sublinhar o fio do seu inflamado discurso, bem ao estilo do saudoso “Lenine de Falgoselhe”. -----

----- Não deve tardar mais a homenagem digna e simples, mas sem deixar de ser expressiva, que o Município de Águeda lhe deve e que a grandeza dos distintos e relevantes serviços prestados ao Concelho bem justificam e mesmo exigem. -----

----- Gostaríamos que lhe fosse atribuída o galardão da medalha de ouro da cidade e que o seu nome fosse dado a uma rua ou praça desta cidade, mas se possível a um jardim, com flores vivas, homenagem ao seu espírito criador de humanista, memória contra o esquecimento. -----

----- Termino pedindo: vamos novamente bater palmas para que o Manuel Antunes de Almeida, o nosso saudoso “Neca” as ouça na glória merecida da eternidade?” -----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins – GM do CDS/PP:** -----

-----“Acho que o CDS não pedia deixar de se associar a esta pequena homenagem a uma pessoa que desapareceu deste mundo e desta sala e que foi, efectivamente, uma pessoa extremamente ímpar na forma de se conduzir. -----

-----Acho que a homenagem que podemos aqui prestar é dizer que o Dr. Antunes de Almeida foi do PSD durante toda a sua vida, assim como poderia ter sido do CDS, do PS ou de qualquer Grupo Parlamentar, porque ele tinha uma dimensão pessoal e política de tal ordem; era de tal forma justo, correcto e linear na análise que fazia das pessoas e das coisas que, efectivamente, eu creio que nenhum de nós nesta sala terá alguma a oportunidade de o imitar na lisura de processos e na honestidade com que ele tratava tudo o que dizia respeito a Águeda; à política e às pessoas. -----

----- Portanto, eu creio que nos cumpre, fundamentalmente a nós CDS, lamentar que tenha desaparecido desta sala uma referência política e pessoal e esperar que ele sirva no futuro para todos nós quando tivermos que actuar sobre determinado tipo de pressões, sobre determinados assuntos nos nossos comportamentos políticos, diários e pessoais; que ele possa servir de alguma forma de referência e de exemplo, para que muitas das vezes nós aperfeiçoemos mais aquilo que fazemos em prol dos outros e no fundo em prol de nós próprios e para que o perfil humano do Dr. Antunes de Almeida possa continuar extrapolando para fora das portas desta Assembleia Municipal, na vida privada onde ele foi extremamente estimado e eu daqui endereço à família do Dr. Antunes de Almeida um muito obrigado por muitas das vezes ter abdicado dele e da presença dele para termos entre nós uma pessoa que foi um exemplo e que vai continuar a ser o nosso exemplo. À Dra. Maria dos Anjos e à família um beijinho muito grande. Que Deus tenha em seu regaço o Dr. Antunes de Almeida.” -----

----- **Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal – GM do PS:** -----

-----“A homenagem do Partido Socialista ao Dr. Antunes de Almeida era para ser feita pelo

Manuel Farias que infelizmente não pode estar presente e a mim cabe-me dizer-lhe “*Muito Obrigado*”.” -----

----- **Deputado Manuel de Almeida Campos – PJF de Espinhel - Lista do Progresso:** -----

----- “O Dr. Antunes de Almeida foi uma pessoa com que eu travei uma certa relação de amizade há muitos anos e que apreciava muito a verticalidade política, a sua isenção, pelo que lamento muito o seu desaparecimento. Quero deixar aqui o meu apreço e registar para a prosperidade um voto de louvor pela sua acção cívica e política, nomeadamente na Câmara Municipal de Águeda, onde chegou a ser Presidente da Câmara.” -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** usou da palavra, para informar o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “A Mesa da Assembleia Municipal, considerando que as nomeações feitas para representação desta Assembleia noutras Instituições resultaram de acordo tácito dos Grupos Parlamentares, aceita que a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PSD de substituição do Dr. Antunes de Almeida, como membro eleito desta Assembleia Municipal para representar na Assembleia Intermunicipal do CIRA, seja indicado Hilário Manuel Ferreira dos Santos.” -----

----- Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto, o Senhor Presidente da Mesa, colocou-a a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, por Unanimidade, deliberou aprovar a eleição de Hilário Manuel Ferreira dos Santos para representar a Assembleia Municipal de Águeda na Assembleia Intermunicipal da CIRA. -----

----- Posto isto, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** procedeu à leitura da restante correspondência a si dirigida: -----

----- De **Coordenadora do Grupo Parlamentar do CDS-PP:** -----

----- “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- Os nossos respeitosos cumprimentos. -----

----- O CDS-PP pedia o favor de possível agendamento para a próxima Assembleia Municipal do seguinte ponto: -----

----- (Ins) Estabilidade sócio-económica do tecido empresarial do concelho e do País face a previsíveis alterações, de liberalização aduaneira, cuja implementação é defendida no seio da U. E. – Voto de Protesto.” -----

----- De **Presidente da Câmara Municipal de Águeda:** -----

----- “Assunto: 4ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda do ano de 2010 – pedido de inclusão de assunto urgente -----

----- Atendendo ao interesse e carácter urgente que envolve o projecto de requalificação do Pavilhão do GICA, num contexto de desenvolvimento do Município de Águeda, surge a necessidade de cumprir com os prazos estipulados pela Parceria para a Regeneração Urbana da Cidade de Águeda, cuja candidatura foi apresentada ao Eixo 2 – desenvolvimento das Cidades e dos Sistemas Urbanos do Programa Operacional do Centro. Na referida candidatura, está prevista uma comparticipação de 80% do montante total do projecto e sem a mesma, será difícil a sua execução. -----

----- Face ao exposto, solicito a V. Exa. que nos termos do artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que submeta a deliberação da Assembleia Municipal de Águeda, o seguinte assunto para aprovação: -----

-----1. Proposta de Suspensão Parcial da Eficácia do Plano de Pormenor da Várzea e do Plano Director Municipal de Águeda e Proposta de Medidas Preventivas; Proposta de Elaboração da Revisão do Plano de Pormenor da Várzea. -----

----- Com os melhores cumprimentos. -----

----- Águeda e Paços do Concelho, 30 de Setembro de 2010 -----

----- O Presidente da Câmara Municipal.” -----

----- Relativamente a este assunto, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar os devidos esclarecimentos, conforme se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Este assunto que nós pedimos urgência na introdução da Ordem de trabalhos, foi aprovado na última reunião de Câmara e pedimos um parecer à CCDR, esse parecer chegou ontem e nós decidimos submetê-lo à consideração da Assembleia Municipal. O que é que se está aqui a tratar? Já anteriormente tinha vindo cá um pedido do GICA para ser cedido direito de superfície a um bocado de terreno para poderem ampliar, só que em resultado da Inspeção que tivemos a Câmara descobriu que tinha um Plano de Pormenor aprovado para aquela zona. Os técnicos não sabiam que estava publicado e fomos alertados para isso. Para além disso, existe o PDM que está por baixo. -----

----- O que é que se pretende com esta proposta que trazemos aqui? É poder possibilitar

aprovar a ampliação do pavilhão do GICA. Porque? O Plano de Pormenor que existe não contempla o pavilhão e o PDM o cós que tem não dá cabimento sequer às instalações que lá estão, ou seja, nem aquelas estão legais face ao PDM existente, só que o pavilhão é anterior e está legal. -----

----- Aquilo que nós pedimos é a suspensão daquela zona do pavilhão e estabelecimento de medidas preventivas para poder se aprovado este projecto. Este projecto para ser aprovado tem de ser submetido a aprovação da CCDR onde o projecto também já esteve e temos a sua concordância. São alguns passos legais que temos que efectuar para podermos possibilitar que o GICA melhore as suas instalações e possa ser ampliado o pavilhão.” -----

----- De seguida, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** usou da palavra, completando o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Face à explicação do Senhor Presidente da Câmara, proponho que seja feita uma intervenção por Grupo Parlamentar e depois têm direito ao voto para decidirmos se aceitamos ou não a introdução deste ponto na Ordem de Trabalhos.” -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal passou a palavra aos Senhores Deputados Municipais, tendo usado da palavra o **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD**, concluindo o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “ O PSD não se vai opor à entrada deste ponto devido à explicação que o Senhor Presidente deu e à urgência do mesmo, mas também não vai votar favoravelmente o mesmo, porque o nosso conhecimento nesta matéria é zero, visto que apenas nos foi distribuído um dossier à entrada e vários CD's, sendo impossível analisarmos o assunto. -----

----- Vi que o parecer da CCDR chegou ontem e que o Senhor Presidente de Câmara levou este assunto a uma reunião extraordinária. Tinha intenções de trazer isto a esta Assembleia pela urgência do assunto, senão tínhamos que convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária ou teremos de aprovar isto na Assembleia de Dezembro e convém que nós antecipemos, porque o que está em causa são os prazos que são limitados, como disse o Senhor Presidente. -----

----- A minha sugestão é que nestas situações não custa rigorosamente nada convocar os Líderes previamente, porque tivemos uma semana para o fazer e para nos dizerem claramente o que pretendem, que é para nós termos conhecimento do assunto, porque agora estamos aqui e vamos votar, mais uma vez, na própria boa fé. Por isso, nós iremos abster-nos.” -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa, colocou a votação o pedido de inclusão do assunto urgente, tendo-se verificado que a Assembleia, por Unanimidade, deliberou aprovar a introdução deste ponto na Ordem de Trabalhos, com o número 3.16: **“Proposta de Suspensão Parcial da Eficácia do Plano de Pormenor da Várzea e do Plano Director Municipal de Águeda e Proposta de Medidas Preventivas: Proposta de Elaboração da Revisão do Plano de pormenor da Várzea.”** -----

----- Decorrida a votação, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** usou de novo da palavra, tendo completado a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “A informação seguinte tem a ver com a marcação de uma Assembleia Extraordinária, que é da competência do Presidente da Assembleia, conforme o artigo 17º nº 2 do Regimento, que diz o seguinte: *“O Presidente da Assembleia deve convocar uma Assembleia Extraordinária por ano, a realizar no mês de Outubro, destinada exclusivamente a discutir o estado do Concelho, devendo os temas a debater resultar de acordo prévio estabelecido entre os coordenadores dos Grupos Municipais e um representante dos Independentes, se os houver.”* -----

----- Posto isto, a Mesa hoje reunida propõe a esta Assembleia a data de 29 de Outubro e pede, de acordo com o que está previsto no Regulamento que os Grupos Parlamentares façam chegar à secretaria da Assembleia Municipal, até ao dia 20 de Outubro, os temas e as propostas que querem levar a debate ou explanação. -----

----- Como último tema de correspondência, a Mesa recebeu uma carta do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Espinhel a pedir para que uma próxima Assembleia Municipal pudesse ser realizada no salão da Freguesia de Espinhel. Auscultado os serviços e tendo-nos posto ao corrente da logística, não é possível deslocar para outro local, neste momento, uma sessão da Assembleia Municipal. Acresce também que a Mesa hoje reunida concordou, por unanimidade, esteve de acordo com estes impedimentos de logística para levar a Sessão da Assembleia para outro local que não este, mas também considerou que se, por acaso, a Assembleia viesse a considerar que esta Sessão Extraordinária de Outubro poderia ser feita noutra local que não este Salão Nobre, que teria que difundir e divulgar a intenção à priori, porque se viéssemos a tomar uma decisão em defesa e a deferir a pretensão de uma Freguesia, como destas Assembleias vão ser quatro, ficavam apenas três Assembleias para decidir e nós ficaríamos com um problema muito grave de decidir quais as Juntas de Freguesia que iriam ser contempladas. -----

----- Penso assim, sem prejuízo desta Assembleia e desta Mesa da Assembleia vir aceitar uma visita às Freguesias, se esse é o objectivo dos Senhores Presidentes, a Mesa está disponível para aceitar esse convite de visitar as Freguesias. Em termos de sessão plenária é impossível deslocarmo-nos daqui, devido à logística de gravação necessária e devido à impossibilidade de fazermos a difusão on line das Assembleias Municipais, como actualmente estão a ser feitas. Daí que e respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Espinhel, depois desta decisão da Mesa da Assembleia Municipal, será informado da mesma nas condições que eu acabei de expor.” -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou ao **Período de Intervenção do Público**, informando que a Mesa, para o efeito, não tinha recebido qualquer inscrição para intervir. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu início ao Período de Intervenções Antes da Ordem do Dia, concedendo a palavra aos Senhores **Deputados Municipais**, tendo sido feitas as intervenções, que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- **Deputada Eunice Pereira dos Santos Rodrigues Neto – GM do CDS/PP:** -----

----- “Desapareceu de Águeda um Painel do Mestre João Breda, assim, sem mais nem menos e mais, foi destruído em nome da ignorância, da leviandade e de obras de encher o olho e descerrar placa. -----

----- Mudanças estruturais e prioritárias de relevo - nenhuma, somente, parece-nos, tempos de fartura. -----

----- Relembramos quem foi o Mestre João Breda. Um pintor, um mestre do azulejo por Excelência. Um homem que eternizou Águeda pelo seu traço. Um homem simples e que viveu em Águeda e para Águeda. -----

----- Foi destruído, não faz mal, faz-se uma reprodução, foram as palavras nos corredores da Câmara Municipal. A Família rejeita a reprodução e muito bem. O Mestre João Breda não é reproduzível. -----

----- Lamentamos a leviandade com que se trabalha Águeda nesta altura. -----

----- Pensamos também que terá sido igualmente destruído o Painel da Fábrica do Outeiro. Também obviamente não fará mal e Águeda vai ficando mais pobre. -----

----- Não queremos nem pedimos para nos dar nomes dos responsáveis, bem sabemos o quanto o Senhor protege as irresponsabilidades dos profissionais que trabalham sob a sua alçada. Se bem que o responsável principal seja V. Exa., por desconhecimento ou omissão. -----

----- Lembramos-lhe só o seguinte: O Mestre João Breda nunca pediu nada para si, viveu simples, honesta e trabalhadora causa. Eternizou Águeda e os seus costumes e os costumes da sua gente. -----

----- O Senhor deixou que se destruísse o Paineiro dos Barcos, mas deu o nome, com conivência do PSD, de um Edifício Público a um homem que sendo de Águeda nunca o admitiu, nem por ela nada fez – “Manuel Alegre”. -----

----- Que diabo de critério o seu, Senhor Presidente! -----

----- Diremos: Lamentável!” -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira Santos – GM do PSD:** -----

----- “Senhor Presidente, venho aqui hoje para fazer um conjunto de questões e uma breve observação. -----

----- Senhor Presidente, sabemos que já tem na sua posse o relatório preliminar do IGAL e também sabemos que os Vereadores do PSD já lhe pediram uma cópia do relatório. Porque é que ainda não deu as cópias aos Vereadores do PSD? O Senhor Presidente está agora a querer dizer que não tem rigorosamente nada sobre o IGAL? Os Senhores Vereadores do PSD já lhe pediram cópia desse esclarecimento.” -----

----- De imediato, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para prestar os devidos esclarecimentos ao interveniente, que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “O Senhor está a correr num erro de base enorme. Os Senhores Vereadores pediram o relatório e eu disse que quando chegasse à Câmara com certeza que teriam esse relatório. Só que também tive oportunidade de explicar que, em relação a esse relatório, primeiro há uma fase de contraditório, ou seja, que a análise dos actos que foram feitos pelas pessoas foram submetidos ao contraditório, porque a Senhora Inspectora e os Senhores Inspectores podem ter feito uma análise que pode não se coadunar com aquilo que pensam aqueles que fizeram os actos e depois há um relatório final, que é esse relatório final que será do conhecimento de toda a gente e também do Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- Posso lhe dizer que o relatório preliminar não entrou na Câmara; o que entrou na Câmara

foi um pedido de esclarecimentos sobre um caso concreto, sobre uma obra em concreto de uma IPSS deste Concelho que nós tivemos oportunidade de responder e é só isso.” -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira Santos – GM do PSD**, retomou de novo a palavra, concluindo o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Senhor Presidente, obrigado pelo esclarecimento. Sendo relatório, sendo questão, a pergunta é a mesma. Os Vereadores do PSD já lhe pediram esse documento e nós gostávamos de saber, efectivamente, em que norma legal é que o Senhor se baseia para não dar estas informações aos Senhores Vereadores. Pois, eles foram eleitos nas mesmas circunstâncias que o Senhor Presidente, têm as mesmas obrigações e os mesmos direitos que o Senhor Presidente. O facto de a Câmara ainda ter de se pronunciar neste tal contraditório não lhe dá, do nosso ponto de vista, o direito de não ceder esta informação aos Senhores Vereadores. -----

----- É evidente que ninguém está a falar de um relatório final nesta situação. Os Vereadores eleitos, os do PSD, do PS e se houvesse de outros Partidos Políticos têm exactamente o mesmo nível de direitos que tem o Senhor Presidente da Câmara e é isto simplesmente que está em discussão, foi isto que lhe foi pedido. Se o Senhor Presidente não quiser chamar-lhe relatório, chame-lhe o tal contraditório, chame-lhe o nome que quiser, mas é isto que o PSD pergunta: com que base é que o Senhor evoca para não entregar esses elementos aos Vereadores do Partido Social Democrata? -----

----- Segunda questão: Em Junho de 2009, o Senhor Presidente informou que em Julho do mesmo ano já estaríamos em condições de assinar o contrato promessa compra e venda com o LIDL. Já se passou mais de um ano e não se nos consta que este contrato já tenha sido assinado, também podemos estar enganados. -----

----- A única coisa que perguntamos é: Qual é o ponto de situação deste processo? O Senhor Presidente com certeza que recordar-se-á que esta Assembleia aprovou condições e do nosso ponto de vista bem, excepcionais neste processo. Só queremos que nos informe qual o ponto da situação. -----

----- Terceira questão: Pretendemos saber se já nos pode informar se o Pólo Pateira Nascente já tem a localização definida e em que situação se encontra o mesmo? -----

----- Quarta questão: O Senhor Presidente, pelo menos vi isso escrito numa reportagem num órgão de comunicação social e ouvi também na apresentação da Festa do Leitão, diz que nos

moldes actuais não se vai realizar mais a Festa do Leitão no próximo ano. -----

----- Interessa pois analisar, do nosso ponto de vista, daquilo que tem sido o percurso da Festa do Leitão nos últimos quatro anos, basicamente começando por falar nos próprios investimentos.

----- Nos últimos três anos, tivemos um período em que a Câmara fez uma aposta forte em termos de investimento financeiro na Festa do Leitão. Em 2007 foram em números redondos cento e sessenta mil euros; em 2008 foram duzentos e vinte mil euros. Segundo dizem os jornais; no ano passado, em ano de eleições, foram duzentos e noventa mil euros. Este ano houve uma redução para cento e setenta e cinco mil euros. Se compararmos o investimento subiu 73% em dois anos, de 2007 para 2009, com um forte apoio no ano de 2009, por coincidência ano de eleições e este ano o investimento reduziu 40% na Festa do Leitão, decrescendo de duzentos e noventa para cento e setenta e cinco mil euros nos números que nos são dados a conhecer. -----

----- Acresce ainda reflectir também sobre a programação dos espectáculos deste ano, que em nada foi benéfica para o próprio evento. Do nosso ponto de vista não se coordenava muito com o próprio evento, mas era uma ideia. -----

----- A nossa pergunta é exactamente esta: Que pretende exactamente com esta situação e com esta declaração? Afastar a ACOAG da organização? Substituir este evento por outro? Terminar com este evento? Ou só está a equacionar rever os modos de participação neste evento ou em todos os outros similares? Dou como exemplo o Agitaguada, Outonalidades, Gesto Orelhudo, Mundial de Motocross, Feira do Mundo Rural, etc. -----

----- Do nosso ponto de vista, também entendemos que o próprio certame tem que levar algumas alterações, mas também entendemos que todas estas participações da Câmara devem ser revistas no seu processo global, pois teremos anos de muitas dificuldades e não nos parece correcto que só analisemos uma. Não nos podemos esquecer que este ano a Festa do Leitão sofreu o maior decréscimo em termos de investimento; por coincidência o Agitaguada sofreu o maior investimento, sendo o valor que a Câmara investe no Agitaguada é o mesmo valor que a Câmara investe na Festa do Leitão. Se me permitem, de um lado temos uma organização de nível nacional, do outro temos uma organização de nível local. -----

----- Quinta questão: Senhor Presidente, em relação aos pagamentos indevidos feitos há dez meses, já temos conclusões? Qual o resultado dos inquéritos que levantou? Quem são os

verdadeiros responsáveis e que medidas foram aplicadas pela Câmara? Estou a referir-me ainda em relação aos tais ditos processos disciplinares, que o Senhor Presidente informou aqui que ia levantar como consequência daquele inquérito. Sabe nos dizer mais alguma coisa sobre estes processos disciplinares? Quantas pessoas já repuseram os dinheiros indevidos? Que valor já foi reposto dos quatrocentos mil euros pagos? Disse, recentemente, o Senhor Presidente que também ia enviar para o IGAL, com carácter de urgência, esta situação porque queria estar seguro e nós também queremos que o Senhor Presidente esteja seguro neste processo. Já o fez? Ou associou-se ao envio da proposta da própria Assembleia Municipal. Gostávamos de saber o que é que fez sobre esta matéria. -----

----- Senhor Presidente, como sabe, na última Assembleia o Senhor Presidente referiu a questão dos panfletos anónimos. É conhecido por grande parte do público, que o PSD fez um conjunto de questões sobre os panfletos anónimos. Todos nos recordamos da brincadeira do Senhor Presidente de descarregar quatro mil folhas aos meus pés na Assembleia Municipal, como teoricamente resposta às perguntas que o PSD teria feito. O PSD fez um conjunto de seis perguntas e pediu um comentário ao Senhor Presidente em relação a esse panfleto. Nas quatro mil páginas que o Senhor Presidente fez o favor de nos enviar, não respondeu à maior parte das nossas questões. Enviou documentos mas não responde às questões e quando se faz uma pergunta respondemos às perguntas que nos fazem ou então dizemos que não respondemos. Os documentos servem para dar corpo às questões que nós colocamos. -----

----- Não vou maçar nesta Assembleia com todos os pontos e tudo que diz respeito ao panfleto anónimo, mas vou dar como exemplo o ponto que o Senhor Presidente chamou de ponto número um para fazer a análise de todo o processo. O que é que o PSD pergunta? É verdade que a Câmara Municipal de Águeda rubricou com a empresa Viasubria um contrato de prestação de serviços num montante de setenta mil e duzentos euros? Se sim, agradecemos que nos esclarecesse quem é o proprietário da mesma e se existe alguma relação entre esta empresa e o Exmo. Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Borralha, Senhor Jorge Mendes. Presumindo que para o efeito se abriu um concurso limitado para a escolha da prestadora de serviços, quais os critérios que levaram a atribuir a esta empresa o serviço e qual a experiência que esta demonstrou ter na prestação deste tipo de serviço? Também gostaríamos de saber que outras empresas concorreram, quem são os seus sócios, accionistas ou gerentes? Bem como a

identificação dos colaboradores da empresa que prestam serviço à Autarquia. -----

----- Nos documentos que o Senhor Presidente nos enviou sobre o primeiro ponto foram duzentas e sessenta páginas. O Senhor Presidente não respondeu se existe ou não alguma relação entre esta empresa e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Borralha, Senhor Jorge Mendes. -----

----- O Senhor Presidente não responde sobre qual a experiência que esta empresa demonstrou ter na prestação deste tipo de serviços. Não respondeu sobre a que outras empresas foram convidadas a concorrer. Não respondeu sobre qual era a identificação dos colaboradores que prestavam serviço à Autarquia. Estamos a falar de uma prestação de serviços. Mas, no que o Senhor Presidente nos enviou, detectámos que foi aberto um concurso para prestação de serviços de consultadoria em matéria de engenharia civil, como se diz no próprio concurso. Verificámos que neste concurso este serviço foi contratado no dia 21 de Abril, numa quarta-feira, à empresa Viasubria por setenta mil e duzentos euros, são durante três anos o que equivale a uma prestação de dois mil trezentos e quarenta euros por mês. -----

----- Constatamos que três dias após a assinatura do contrato entre a Câmara Municipal e a dita empresa, no sábado, dia 24 de Abril, a empresa factura dois mil trezentos e quarenta euros à Câmara com o número da factura número um, pois a empresa tinha acabado de ser criada em 17 de Dezembro de 2009. -----

----- Queremos dizer que não vamos entrar pelas facturas ao “Sábado”, isso já se falou durante muitos anos e afinal a prática não está esquecida. O que está em causa é ,se após três dias de ser rubricado um contrato com a empresa, esta já tinha realizado serviços para passar uma factura de dois mil trezentos e quarenta euros e eu explico porquê. Porque a cláusula dois do contrato que a Câmara assume com o seu prestador de serviços diz que o contrato só produz efeitos a partir do dia da sua assinatura. Quer dizer, que só a partir desse dia é que, efectivamente, a empresa podia ter começado a trabalhar para a Câmara e passado três dias já factura uma prestação mensal. São coisas difíceis de nós compreendermos. -----

----- Senhor Presidente, como é que se pode aceitar que o único critério de adjudicação de um serviço de fiscalização e consultadoria é o preço mais baixo, como diz no próprio contrato, no ponto quatro: prestação de serviços de consultadoria em matéria de engenharia civil. A única é o preço mais baixo. Admite-se perfeitamente que qualquer pessoa que não perceba nada de obras

possa ganhar o concurso. -----

----- Senhor Presidente, neste ponto, como eu já disse, foram-me enviadas duzentas e sessenta e sete páginas sobre a primeira pergunta, onde mais de duzentas páginas eram fotografias e alguns relatórios referentes ao ano 2008 e 2009 do Senhor Jorge Mendes. Nada lhe foi perguntado em relação a estes anos; foi-lhe perguntado em relação à empresa Viasubria que assinou um contrato com a Câmara no dia 21 de Abril de 2010. Mas estas cópias serviram, obviamente, para gastar tempo e dinheiro dos seus funcionários, como o Senhor aqui disse, mas acima de tudo, para dar corpo ao número que o Senhor queria fazer na Assembleia de Junho e então mandou tirar cópias de uma coisa que ninguém lhe perguntou, que são fotografias e alguns relatórios que eu vejo lá com o nome de Jorge Mendes assinados, que me foram mandados pela Câmara dos anos 2008 e 2009. -----

----- No que diz respeito aos serviços prestados por esta empresa desde esse tempo até Junho, o que eu vejo lá é só um relatório de três páginas, assinado por um Senhor de nome Eduardo. Nessa altura já se tinham pago três prestações de sete mil e vinte euros por três páginas, dá dois mil trezentos e quarenta euros por página. O Professor Marcelo Rebelo de Sousa não leva tão caro nos seus pareceres por cada página. -----

----- Nós perguntámos ao Senhor Presidente quem prestava o serviço; perguntámos ao Senhor Presidente se existia alguma relação entre o Senhor Jorge Mendes, não como Presidente da Junta da Borralha, obviamente, e esta empresa. -----

----- Senhor Presidente, parece que isto é um concurso feito à medida para dar emprego a um cargo de confiança política na Câmara, como exemplo de outros que temos na Biblioteca e na Piscina. Mas, se entende que é isto, em vez de nos andar a ludibriar com estes processos, chama o Senhor Jorge Mendes aos lugares de confiança política que existem previstos na Lei, que o Senhor também os tem, quer como Presidente da Câmara, quer como Vereadores e dá-lhe o lugar de assessor; chefe de gabinete ou outros previstos na Lei tipificados para estes efeitos. Não está em causa o mérito político das pessoas, está em causa a lisura e a transparência com que tratamos estas coisas. Porquê? Queremos dizer que temos poucos políticos, poucos assessores e então arranjamos-lhe uns “tachos”. -----

----- Senhor Presidente, passei rapidamente os olhos por algumas facturas e vejo facturas sempre das mesmas empresas, como por exemplo a factura de 2009 da Festa do Leitão -

concepção do stand da Câmara Municipal para a Festa do Leitão – Estudo prévio – quatro mil e cem euros; dizem-me, não sei se é verdade ou se é mentira, porque depois o stand custou quinze mil. Foi o ano passado, não se podia ter aproveitado para este ano? Assim, a Festa do Leitão tem que ser revista. -----

----- Senhor Presidente, “Águeda Cidade da Segurança”, outros trabalhos de assessoria de imprensa – quatro mil euros. Senhor Presidente “Águeda Cidade da Segurança” tem uma verba de vinte mil euros que uma empresa ganhou para fazer a organização. Assessoria de imprensa – quatro mil euros; Agitágueda, Assessoria de Imprensa – oitocentos e cinquenta euros em 2009; oitocentos e cinquenta euros em 2008; mas como estas, temos muitas situações. -----

----- Nestas quatro mil páginas, que eu passei de relance muitas situações, vejo sempre as tais mesmas três ou quatro empresas a ganharem os tais concursos; vejo empresas de trabalho temporário a serem utilizadas na Câmara contornando o espírito da Lei e vejo funcionários da Câmara a criarem empresas, suas, que concorrem a prestações de serviços da Câmara, que eles depois nas suas funções vão coordenar. Isto também deve ser conhecimento do Senhor Presidente. Não estou a dizer que é ilegal, não sei, mas não me parece ético que haja funcionários da Câmara a concorrerem com empresas suas a serviços prestados.” -----

----- **Deputado Pedro António Machado Vidal – CDS-PP - PFJ do Préstimo:** -----

----- “A razão da minha intervenção resulta do facto dos últimos dias terem sido particularmente difíceis para quem tem a responsabilidade da gestão social e administrativa de algumas Freguesias do nosso Concelho, bem como a todos os munícipes que lá vivem. -----

----- No caso específico da Freguesia do Préstimo, gostaria de começar por referir o que nos aconteceu na madrugada do dia 28, quando pela calada da noite alguns meliantes decidiram que precisavam de uns trocos e resolveram aliviar os fios de alguns postes da Portugal Telecom, resultando várias consequências, tais como, dois dias sem telefone, sem internet, sem multibanco, sem falar no prejuízo da PT que teve que fazer a substituição dos cabos roubados. --

----- Não deixando de ser uma realidade as particulares empresas, para a qual nunca é demais chamar a atenção das autoridades policiais, nomeadamente no reforço da segurança pelo policiamento por proximidade. Esse alerta é só o preâmbulo do assunto principal que me trouxe a esta tribuna. -----

----- Venho aqui falar sobre outra lapidação de património e expectativas com suporte de cariz

institucional e que é muito mais grave do que o roubo dos fios da Portugal Telecom. -----
----- Alguém, em nome de alguém, a coberto de alguém, tolerado por alguém, resolveu roubar as serras de Águeda mais um bocado da pouca alma que já lhe resta. -----
-----Falo do encerramento de algumas extensões do Centro de Saúde de Águeda. Verificamos todos os dias um acentuar da desertificação das Freguesias Serranas do Concelho, como é o caso do Préstimo, Macieira de Alcoba e Castanheira do Vouga. Não porque as pessoas não gostem de lá viver mas porque, pouco a pouco, em nome de tudo e de nada, vão tirando o engenho e a arte de resistir, vão tirando o básico para subsistir, quase que só falta tirar a alma. Algumas das Freguesias que acabei de referir têm sid, nos últimos dia, alvos de ataques absurdos, não ao seu desenvolvimento mas, sobretudo, à sua sobrevivência em condições de razoabilidade. -----
----- Alguns iluminados responsáveis pela gestão da saúde do nosso Distrito vem manifestando uma estranha e feroz vontade de encerrar algumas extensões de Centros de Saúde no nosso Concelho. Curiosamente, acho que em termos globais menos pesa seguramente ao erário público. -----
----- No caso concreto do Préstimo, o que aconteceu foi que após o normal encerramento para as férias da extensão do Centro de Saúde do Préstimo, durante o mês de Agosto, como é habitual todos os anos, o mesmo Centro nunca mais abriu e pelo que sei não foi só no Préstimo que isso aconteceu. Estamos quase em Outubro e as férias do Centro de Saúde do Préstimo ainda não acabaram. A médica nunca mais apareceu e as portas nunca mais abriram, para desespero de alguns habitantes da Freguesia, na qual estão incluídos principalmente os mais idosos, muitos dos quais já têm tão pouco e agora vêm lhes tirar o quase nada que tinham. -----
----- É difícil de compreender como é que pessoas pagas pelos dinheiros públicos, a quem foi dado o poder de decisão para aliviar e minorar o sofrimento social, não sejam capazes de ter um pouco de bom senso e de humanismo e se refugiem sempre na mesma matriz, a económica, para justificar a racionalidade do fecho e cenários que não podem ser avaliados por si só sobre o mesmo prisma porque são eles próprios bastante diferentes entre si. -----
----- Longe vão os tempos que não haviam estradas e que não havia alcatrão pelas nossas Freguesias, mesmo assim a medicina subia à Serra montada nas suas éguas e nos seus cavalos, galgava os montes para levar conforto e alívio a quem dele precisava. Essa lírica

realidade já não é nem do meu tempo, nem do vosso tempo, mas simboliza o tempo da gente boa, em que a humanidade e o racionalismo deprimente do materialismo dos nossos tempos vagueavam nas Serras de Águeda. A quase totalidade dos nossos idosos ainda se lembram bem e por isso nunca vão compreender que cada vez mais lhes tirem o pouco que lhes restava. -----

----- Eu sei, Senhor Presidente da Câmara, que a Serra tem poucos votos e que esses assuntos ocupam muito tempo, porventura demasiado tempo. -----

----- Todavia, não posso, enquanto representante legitimamente eleito, deixar de protestar pela vontade da Segurança Social, em nome da falta de médicos, de encerrar a extensão de Saúde do Préstimo. Creio que os Senhores Presidentes das Juntas das outras Freguesias Serranas não levarão a mal se eu associar ao meu também o protesto deles, porque todos estamos a ser espoliados de algo, que é certo que se nos for tirado nunca mais nos será devolvido. -----

----- Por isso, deixo o meu protesto em nome do povo da Serra e peço ao Executivo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara; aos Senhores Deputados Municipais, na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal; a todas as personagens políticas e sociais do nosso Concelho; às pessoas anónimas e à comunicação social, que por todos os meios exerçam pressão e mobilizem a opinião pública, no sentido de não deixar fechar as extensões de Saúde da Serra de Águeda. -----

----- Não deixem que nos tirem aquilo que sendo tão pouco representa tanto para quem sempre estive habituado a viver com quase nada.” -----

----- **Deputado José Manuel Gomes de Oliveira – GM do PSD:** -----

-----“Queria só questionar o Senhor Presidente da Câmara porque é que andam a fresar tapetes na cidade de Águeda, que estavam em estado razoável, e não executam esses tapetes noutros sítios em que as estradas estão em estado miserável? Não percebo a razão de se estar a fazer estas obras dentro da cidade. -----

----- Depois, há a questão das pistas para as bicicletas. Já foram pintadas, já desapareceram e agora voltaram a aparecer as pistas. Eu penso que é de mau gosto o que está a ser feito, basta irem perto da Cerâmica Guerra & Cruz para verem o que se passa lá. Eu não sei quem é que está a liderar estas obras, mas penso que não as está a acompanhar convenientemente. -----

----- Queria lembrar aqui um caso antigo entre duas Freguesias, Aguada de Cima e Borralha, onde foi feito o saneamento na mesma rua para a Borralha e não foi feito para Aguada de Cima,

pagando nós todos os impostos. Agora, com esta nova empresa da AdRA quando é que irão rectificar isso? Quando é que irão rectificar a injustiça que ali está feita, de na mesma rua haver saneamento para uma Freguesia e não haver saneamento para a outra Freguesia? Se bem se recordam, eu ando a falar nisto há três anos.”-----

----- **Deputado António Farias dos Santos – PSD – PFJ de Agadão:** -----

----- “Eu estou aqui para falar da minha Freguesia e não das Freguesias vizinhas. Há coisas que se passam, que lemos nos órgãos de comunicação social, que não nos podemos calar, eu principalmente não me posso calar e não aceito. Quando vejo, recentemente, uma notícia nos jornais que diz que a Serra está preparada para os incêndios, isto é um absurdo quanto a mim porque Agadão não está, nem nunca esteve, nem estará preparada para os incêndios, porque os incêndios são uma incógnita; ao longo dos anos eles nunca arderam do mesmo feitio e da mesma maneira. Por isso, eu penso que era bom que as pessoas tivessem um pouco de contemplação nisto, porque por vezes a ocasião faz o ladrão e não devemos estar a lembrar aqueles que metem os fogos. -----

----- Agadão tem dezassete tanques para abastecer os helicópteros para os incêndios; vários tanques passaram este verão vazios por falta de manutenção. Temos caminhos quase intransitáveis. Até pedi aos sapadores para irem reparar alguns tanques, mas não foram. -----

----- Disseram-me que havia uma candidatura, que havia subsídios, que só os financiamentos podiam fazer isso. Segundo informações está para breve, mas o verão está a passar. E sai esta notícia de que a serra está preparada para os incêndios com aquela situação em Agadão? Eu peço que tenham contemplação nisto, porque Agadão não está preparada para enfrentar os incêndios. Tem lá uma secção de Bombeiros, mas é um armazém de ferro velho dos Bombeiros de Águeda. Eu não quero ofender ninguém, mas alguma coisa está mal.” -----

----- **Deputado Tiago André da Costa Soares – GM do PS:** -----

----- “Venho hoje aqui realizar uma intervenção sobre uma viagem cibernáutica por diversos sítios relacionados com projectos dinâmicos e inovadores, que procuram transformar as políticas públicas de índole local num verdadeiro motor de desenvolvimento para as terras que neles participam e que a eles vão colher frutos. -----

----- Pois bem, não é muito fácil encontrar projectos com características de cooperação e transmissão de ideias ao nível europeu onde se encontrem entidades da administração pública

local. E tal não acontece muitas vezes pela exigência requerida por este nível de actuação. Mas basta dar dois exemplos para perceber em que campo o município de Águeda actua. -----

----- No Programa de Cooperação Territorial do Espaço Sudoeste Europeu (SUDOE), dos participantes portugueses, ali estão alguns centros empresariais, poucas associações empresariais, muito poucas câmaras municipais... mas lá está Águeda. No âmbito deste Programa, Águeda é um dos co-promotores do projecto PARNET-tic, um projecto transfronteiriço no qual participam 7 entidades locais de Portugal, Espanha e França e tem por objectivo desenvolver todas as potencialidades para garantir o acesso aos serviços públicos a partir de pontos remotos, através da disponibilização de serviços via web. A Câmara Municipal de Águeda já nos habituou a grandes sucessos no que à melhoria dos serviços prestados aos munícipes e às empresas de Águeda concerne. Tantos sucessos que por vezes há quem cometa o erro de colocar em segundo plano esta dinâmica e prefere desferir golpes negativistas, próprios de “velhos e obsoletos”, no gosto pelo vanguardismo tecnológico ao serviço de cada cidadão aguedense. -----

----- Um outro exemplo é o Programa Urbact II – Rede Urbana de Desenvolvimento, onde uma vez mais a participação portuguesa existe, mas é claramente insuficiente dado o potencial de externalidades que este tipo de iniciativa europeia preconiza... -----

----- Não são mais de vinte as cidades participantes, num conjunto de 156 cidades existentes em Portugal. E nesse restrito grupo de cidades, de onde se destacam os líderes dos maiores agregados populacionais do território português, há um nome, há uma cidade, que pretende estar entre os melhores para que possa alcançar as melhores práticas europeias ao nível das políticas públicas de índole local. Essa cidade é Águeda. E esse projecto é o RunUp. -----

----- E é isto, caros deputados, que devemos recordar. Exactamente hoje, Águeda está ao lado de cidades europeias como Gateshead (no Reino Unido), Barakaldo (em Espanha), Solna (na Suécia), Cambopasso (em Itália), Patras (na Grécia), Lezno (na Polónia), Dunkerque (em França) e Potsdam (na Alemanha) na busca por parcerias de *triple helix*, isto é, parcerias de potenciação por parte dos poderes públicos de uma poderosa ligação entre as universidades, as empresas e o sector público. E a Câmara Municipal de Águeda tem sabido aproveitar da melhor forma a possibilidade de contacto com as melhores práticas europeias, e tem contribuído para que os seus parceiros possam também incrementar valor na gestão das suas cidades e no

potenciar da cooperação com os outros pilares da vida municipal. -----

----- Em informação que tive a oportunidade de solicitar sobre o RunUp, verifico que existem diversas ideias que se distinguem da política local corrente e de mera gestão de interesses, nascidas do trabalho conjunto da Câmara Municipal com a Universidade de Aveiro: é exemplo o Projecto de Plataforma de Interação de Gestão, que se pretende ser uma plataforma de interligação directa empresa / universidade, funcionando numa lógica de colocação de um problema por uma empresa numa plataforma digital e pela sua resolução pelo mundo académico (estudantes ou investigadores). -----

----- Como é verificável, caros deputados, este executivo municipal poderia colocar em acção uma matriz política com a visão do presente e os problemas do passado – talvez o caminho mais seguro e fácil. Mas felizmente este executivo mostra que não pretende ser comum. Pretende, antes, o caminho do desconforto, da busca de ideias políticas inovadoras, que necessita de um forte investimento e de forte vontade e disponibilidade por parte dos actores em causa, mas que uma vez traçado permitirá colher os frutos em prol do seu beneficiário último: o cidadão aguedense. -----

----- Não nos esqueçamos da visão de futuro demonstrada por este executivo municipal ao participar em diversos projectos de cooperação europeia, em busca do vanguardismo que enriquece a sua acção política. Caros deputados, façamos todo este caminho em detrimento da criação de barreiras e de críticas avulsas que, na realidade, não possuem qualquer fundamento e nada conseguem derrubar. Tenho dito.” -----

----- **Deputado António Manuel de Almeida Tondela – GM do PSD:** -----

----- “Queria só colocar duas situações ao Senhor Presidente da Câmara. A primeira situação era pedir-lhe que, no futuro, esta Assembleia possa fazer uma visita pelo Concelho, aos pólos educativos que estão a ser lançados e planeados, para nós acompanharmos mais no terreno esta situação. -----

----- A outra situação que me traz aqui prende-se com aquilo que o Senhor Presidente do Préstimo veio aqui dizer. Também me preocupa a situação de Valongo do Vouga. -----

----- Senhor Presidente, o Posto de Saúde de Valongo corre algum risco de vir a fechar? É vontade desta Câmara seguir para um projecto novo, ou um projecto de recuperação do Posto existente, dado que, como já disse o Senhor Presidente da Junta muitas vezes, aquele Posto de

Saúde teve o seu tempo? -----

----- E aqui deixava um desafio de, mais uma vez, unirmos sinergias com os Valonguenses, com os Aguedenses, com o País, para que Valongo do Vouga, uma das maiores Freguesias do Concelho de Águeda, veja também na parte da saúde, correspondente a um edifício condigno para servir a sua população, cada vez mais idosa e até para servir também muita gente que vem das Zonas Serranas.” -----

----- **Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal – GM do PS:** -----

----- “A posição do PS em relação ao Senhor Presidente da Câmara é a mesma que a do CDS e PSD na questão da Saúde. Nós, em relação ao PS, vamos desenvolver alguns contactos com as autoridades de Saúde Concelhias e não só, para verificarmos da razoabilidade e o porquê que fechou a estação de Saúde do Préstimo, porque se for só aquilo que vem na comunicação social é muito pouco, não justifica, pode é realmente não haver médicos. Agora, havendo médico pode justificar-se, pelo que a Câmara desenvolverá esforços para que haja esse médico. -----

----- Em relação a diversas situações que aqui foram abordadas, em relação às “ditas festas”. As festas são um projecto cultural que a Câmara vem desenvolvendo, não a Festa do Leitão, mas o Agitágueda, Outonolidades, O Gesto Orelhudo, as Feiras Culturais, o Teatro. É tudo um conjunto de actividades de lazer e cultura que têm importância para o Município e que, como já se viu, tem também gastos para esse Município.----- **Deputado Rui Pedro Pinho Carvalho – II-Ind. –**

PFJ de Aguada de Baixo: ----- “Eu queria manifestar e associar ao meu amigo Pedro Vidal a preocupação que demonstrou relativamente à segurança. Aguada de Baixo tem sido assolada com uma onda de assaltos; eu próprio já sofri na pele. É uma das preocupações que se deve ter. Gostaria de saber quais foram as medidas que têm sido tomadas e as que estão----- Decorridas as interpelações, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para responder aos intervenientes e prestar os devidos esclarecimentos, tendo concluído o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Quanto ao Painel do Mestre João Breda, não houve o necessário cuidado para o preservar; sou o primeiro a lamentar que isso tenha acontecido. Quanto aos Painéis da Fábrica do Outeiro, tenho de lhe dizer que anda desatenta, porque os Painéis da Fábrica do Outeiro que estavam na fachada, já foram tirados há muitos meses para não dizer anos e está dentro da Escola Superior de Tecnologia e Gestão, devidamente preservado, há muito tempo. -----

----- Agora, fez afirmações sobre um cidadão de Águeda, que eu acho que foram descabidas. Se não tivesse feito outra coisa, pelo menos retratou Águeda num livro que se chama “Alma” e que essa mesma pessoa tem prémios internacionais de literatura. Não vou falar aqui do campo político porque estamos a falar da biblioteca e estamos a falar do nome que lhe foi atribuído e, quer se goste, quer não se goste, em termos de literatura em Águeda eu estou convencido que é o expoente máximo; podemos não concordar. -----

----- Sobre aquilo que fez ou deixou de fazer, a única coisa que eu sei é que ele colaborou activamente na vinda da Escola Superior de Tecnologia e Gestão para Águeda. Teve um papel activo, de grande empenho e de grande responsabilidade nessa acção porque, como sabem, é preciso serem várias forças e muita gente a pugnar para os mesmos objectivos. Tenho de fonte segura que ele teve um papel extremamente importante nesse objectivo e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda é um estabelecimento de ensino que tem, neste momento, mil e duzentos alunos. É uma Escola respeitada, em que em grande parte dos seus cursos, principalmente aqueles mais técnicos, todos os seus técnicos que saem de lá têm emprego assegurado. É uma grande mais valia para Águeda. -----

----- Quanto ao Senhor Engenheiro Hilário Santos sobre o relatório do IGAL, a base legal que nós actuamos é a Lei e aquilo que nós tentamos cumprir, escrupulosamente, é a Lei. E aquilo que diz a Lei é que o Senhor Presidente da Câmara será questionado para responder ao inquérito e faz o contraditório. No final do relatório aprovado, então é que é divulgado, porque há análises que são da gestão que está a decorrer. Portanto, é assim que se vai proceder relativamente ao relatório do IGAL. -----

----- Quanto ao LIDL, eu posso dizer que nós temos um contrato assinado por eles, mas que iremos fazer a apresentação pública desse contrato muito brevemente, juntamente com a primeira assinatura de contratos de promessa compra e venda de lotes no Casarão, em que temos empresários da nossa zona que estão interessados e que já manifestaram esse interesse, que os serviços já analisaram as propostas e iremos partir para a assinatura desses mesmos contratos. -----

----- Posso dizer também que todos os terrenos do Parque Empresarial são posse da Câmara e temos já também toda a tramitação legal de estudos de impacto ambiental; esse processo está fechado. Agora, falta-nos fazer o registo daquelas propriedades todas para podermos fazer as

escrituras. Temos um projecto a ser revisto de infra-estruturas porque foram encontrados alguns erros e eram erros significativos de milhões de euros e tivemos de mandar o projecto para ser rectificado. As informações que eu tenho é que na próxima semana será entregue o projecto para nós depois podermos pôr a concurso as infra-estruturas do Parque do Casarão. -----

----- Quanto ao Pólo Pateira Nascente, não tenho qualquer definição sobre o local, não me debrucei sobre esse assunto. -----

----- Sobre a Festa do Leitão, quando decidimos apoiar a Festa do Leitão dissemos, claramente, que era um acontecimento que nós íamos apoiar fortemente, no sentido daquele acontecimento tender para a sustentabilidade Aquilo que nós verificamos é que existe uma divergência entre aquilo que a Câmara apoia e o retorno que tem. Ora, assim não está a tender para a sustentabilidade e aquilo que nós queremos é que cada parceiro assuma as responsabilidades. Nós entendemos que a Câmara assumiu plenamente as suas e não queremos acabar com o acontecimento, mas queremos que o acontecimento dê o salto que tem a dar. Se o parceiro que o desenvolve faz isso ou se não for capaz, a Câmara também estará cá para assumir a responsabilidade. -----

----- Achamos que o acontecimento não deve acabar, mas não pode ser nos moldes actuais, porque entendemos que demos todas as condições para o acontecimento crescer e achamos que ele não cresceu, contrariamente a outro que se chama Agitágueda, que tem moldes totalmente diferentes e que não é concorrencial, porque não cobra bilhetes e tem uma sustentabilidade que tem vindo a crescer de ano para ano. Posso dizer que no primeiro ano teve uma sustentabilidade de 9%; no segundo ano teve uma sustentabilidade de 11% e aquela que esperamos este ano é de 14%. -----

----- Quanto ao Senhor Presidente da Freguesia de Aguada de Baixo, penso que já respondi no que se refere à segurança. No que respeita ao Arquitecto Camarinha, desejo o seu restabelecimento o mais rápido possível, mas além do Arquitecto Camarinha temos também de baixa a Arquitecta Marina que foi submetida a uma operação cirúrgica; são menos dois arquitectos na Câmara, o que dificulta o desenvolvimento dos projectos.” -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia cedeu a palavra ao **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos – GM do PSD**, para se defender de expressões que considerou ofensivas por parte do Senhor Presidente da Câmara, concluindo o que se tenta

transcrever na íntegra: -----

----- “O Senhor Presidente fez uma consideração e um juízo de valor sobre uma possível intervenção que eu iria ter na Assembleia de trinta de Junho. Não é grave o Senhor pensar isso; é grave é o Senhor passado este tempo todo, sabendo perfeitamente que eu não ia fazer nenhuma intervenção e continuar a dizer o mesmo. -----

----- Intelectualmente, isto não é sério da sua parte e não lhe conhecia essa sua facção, mas quero dizer que fiz-lhe uma pergunta e o Senhor Presidente está a responder a uma coisa que eu não lhe perguntei. Nós não estávamos esclarecidos e as perguntas que fizemos foram: “Existe alguma relação entre a empresa Viasubria e o Exmo. Senhor Presidente da Junta da Borralha?” “Qual a experiência que esta empresa demonstrou ter na prestação deste tipo de serviços? Também gostaríamos de saber que outras empresas concorreram, bem como a identificação dos colaboradores que prestam serviço à Autarquia.?” Em relação ao que sugeri de fazer aqui as perguntas directamente ao Senhor Jorge Mendes ou a qualquer outra pessoa, eu quero lhe explicar o seguinte: A nossa função aqui é defender os interesses do Município e não temos nada que ver com as oportunidades que cada empresa acha que deva ter na sua relação com o Município, a sua relação privada. Senhor Presidente da Câmara, é a si que cabe, como acabou de dizer, a defesa também dos interesses do Município, representar o Município. É ao Senhor Presidente da Câmara que nos cabe perguntar se a empresa A, B ou C, tira partido de uma boa ou má relação com a Autarquia. Por isso, as perguntas são dirigidas a si e ao seu Executivo e não a qualquer outro membro que aqui represente ou não represente uma empresa.”

----- Decorrida a interpelação do Senhor Deputado, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal** para prestar os devidos esclarecimentos, tendo completado a intervenção que se tenta transcreve na íntegra: ----

----- “Tanto quanto eu sei o Senhor Presidente da Junta de Freguesia Jorge Mendes não tem relação com a empresa. Quanto a outros concorrentes, posso lhe dizer que foram feitas consultas a várias entidades. Quanto à experiência delas, não sei se conhece o CCP, mas o CCP não nos permite averiguar a capacidade da empresa pela experiência, ou seja, não é factor de escolha, se ela tem condições para fazer o trabalho e se concorreu, não pode ser esse factor de experiência valorizado; é o CCP que o diz. Senão aquilo que acontecia é que não havia novas empresas a entrar para lado nenhum, ou seja, as empresas candidatam-se a fazer os trabalhos.

Posso-lhe dizer que das empresas que trabalham para o Município conheço muito poucas, porque a Câmara faz os seus processos de concurso que são feitos pelos Serviços e eu dou confiança e o aval aos Serviços para aquilo que estão a fazer. -----

----- Aquilo que eu queria dizer a respeito dos funcionários é que esta Câmara deve ter os melhores rácios, tirando a área da educação, onde nós temos cerca de 220 colaboradores neste momento. Nós devemos ter dos melhores rácios do País entre número de Múncipes e Funcionários Autárquicos, porque a Câmara tem sensivelmente 460 funcionários neste momento, se tirarmos 220 da educação, veja quantos fica. O Senhor tem de ter atenção e não vir para aqui manipular os números, porque os números são o que são.” -----

----- ACTA EM MINUTA -----

----- De seguida, e não havendo lugar a qualquer outra intervenção, foi solicitado pelo **Presidente da Câmara Municipal**, que seja elaborada uma **Acta em Minuta** e aprovada no final da Sessão. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- Seguidamente, o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia**, deu início ao **Período da Ordem do Dia**, no âmbito do qual se passou à análise dos assuntos agendados para esta Sessão: -----

----- **3.1 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUEDA** acerca da actividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto nos artigos n.ºs 53.º n.º 1, alínea e) e 68.º n.º 4, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, verificou-se não haver qualquer inscrição para intervir. -----

----- **3.2 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal para a Comissão Municipal de Protecção Civil – Aprovação da sua constituição e do Regulamento de Funcionamento**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), n.º 2, do artigo 53, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Não havendo inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo verificado que a Assembleia, por Unanimidade,

deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal para a Comissão Municipal de Protecção Civil – Constituição e Regulamento de Funcionamento. -----

----- **3.3 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Concurso Público Internacional para a Concessão da Cantina Municipal, bar anexo e fornecimento de refeições aos estabelecimentos de educação do Concelho de Águeda – rectificação do prazo de início da concessão**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea q), do nº 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Não havendo inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo verificado que a Assembleia, por Unanimidade, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Concurso Público Internacional para a Concessão da Cantina Municipal, bar anexo e fornecimento de refeições aos estabelecimentos de educação do Concelho de Águeda – rectificação do prazo de início da concessão. -----

----- **3.4 – Participação da CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro no PCI – Parque Ciência e Inovação, SA – tomada de conhecimento**, conforme o disposto na alínea d), do nº 1, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Ao iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa, concedeu a palavra aos Senhores **Deputados Municipais**, que fizeram as intervenções que a seguir se tenta transcrever na íntegra: -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos – GM do PSD:** -----

----- “Se o Presidente da Câmara pudesse em um minuto dar-nos uma explicação sobre o que se passa exactamente, porque penso que inclusivamente terá sido assinado um protocolo sobre esta matéria.” -----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins – GM do CDS:** -----

----- “Senhor Presidente, sobre este assunto permitia-me fazer um pequeno preâmbulo. Como se deve recordar, aqui há uns tempos atrás eu pedi que os Membros desta Assembleia que representavam a Assembleia na CIRA com alguma regularidade, que na sequência das Assembleias fossem dando conhecimento daquilo que se passava. Até hoje isso não aconteceu e presumo que tenha havido reuniões, pelo que voltava a recordar-lhe essa situação. -----

----- Relativamente a esta matéria, eu vi qual é o âmbito deste projecto, só que acho que estamos aqui a discutir um pró-forma, porque de acordo com o parecer jurídico que vem apenso a este assunto, as Assembleias Municipais não têm que ser consultadas para qualquer efeito nesta matéria; com uma ligeira ressalva, é de que da participação do CIRA neste empreendimento ou noutra qualquer, a Câmara Municipal de Águeda tem co-responsabilidade na parte que lhe toca se algum dia vier a envolver algum cargo administrativo ou jurídico. A Câmara vai ter que responder por isso, o que quer dizer que alguma aqui é paradoxal. Por um lado, a Câmara tem responsabilidades jurídicas e materiais; mas por outro lado, a Assembleia não pode intervir porque não tem voto na matéria. É meramente consultivo e de conhecimento. --

----- Relativamente ao projecto em questão, aquilo que me parece é que há projectos que não podem ser coarctados, independentemente da forma e da estrutura como eles estão construídos e este olhando o corpo administrativo que vai presidir a esta empresa, está efectivamente desenhado para permitir alguns enquadramentos de atribuições de postos de gerência e de representatividade de administradores, onde presumivelmente o CIRA irá nomear um administrador, ou seja, fica menos um, que já vai ficar atribuído, e depois os outros vão sendo distribuídos pelas comparticipações que a CIRA entretanto vai tendo. -----

----- À parte esta matéria, que sempre se põe quando há empresas que abrangem o Estado, à margem disto eu penso que este tipo de empresas é daquelas que não merece muita contestação, atendendo a que tem um envolvimento empresarial e financeiro de entidades como a Caixa Geral de Depósitos e como Banco Espírito Santo. Têm a participação de um grupo empresarial de Águeda e tem a ligação à Universidade. É uma ligação de parecerias que eu espero que possa vir a dar bons frutos e bons resultados. De qualquer das formas não deixo de referir que em termos de opinião da Assembleia Municipal não vale nada.” -----

----- Decorridas as interpelações, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para responder aos intervenientes e prestar os devidos esclarecimentos, tendo concluído o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Eu começava por responder ao Doutor António Martins, porque na realidade este assunto vem a esta Assembleia a título consultivo e houve grandes discussões jurídicas sobre isto. Eu não via problemas em que fosse vinculativo por parte da Assembleia, mas os juristas entendem que não deve ser, que é só consultivo. Por isso, vem aqui nestes moldes. -----

----- Isto é um investimento que outros Países fizeram há vinte anos ou há mais. Os exemplos que eu vi e de maior êxito, isto está sempre junto a uma Universidade. No início, quando começámos com este processo, obviamente, que era um processo que interessava à Câmara. Qualquer Concelho gostaria de ter este projecto dentro das suas portas. Mas para ele funcionar precisa de ter massa crítica, eu penso que é na Universidade que está essa massa crítica de conhecimento e onde podem ser obtidas sinergias para potenciar isto. -----

----- Na minha perspectiva, é um dos projectos mais importantes que temos a ser desenvolvidos, porque cada vez mais a inovação está na ordem do dia e a aproximação entre as empresas e a Universidade faz mais sentido. O que se visa com este projecto é isso mesmo; é criar sinergias muito fortes para potenciar o tecido económico da região. Como é que isto depois se vai alargar?

----- Nós estamos a fazer um parque empresarial que vai funcionar em rede com a Universidade, com este Parque Tecnológico. Ou seja, isto é bastante grande mas limitado e a produção não será feita lá, será noutros Parques e nós estamos em condições de fazer isso. -----

----- Tal como a incubadora irá começar a funcionar no próximo mês, já está em rede com a Universidade de Aveiro e há aqui sinergias; a gestão central e os apoios são feitos pela Universidade. Queremos que o Parque de Ciência e Tecnologia seja a grande alavanca para o desenvolvimento de outros projectos nos Concelhos. É extremamente importante a pessoa que vai ficar á frente deste projecto, porque é um dos projectos que pode ser marcante e de grande desenvolvimento para a nossa região.” -----

----- **3.5 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Águeda de Adesão do Município de Águeda à Rede CIUMED – Rede das Cidades Médias da Europa**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea m), do nº 2, do artigo nº 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Ao iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa, concedeu a palavra ao **Deputado António Manuel Fernandes Martins – CDS**, que concluiu o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Relativamente a esta matéria o que eu deduzo daqui é que nem tudo que reluz é ouro. A Câmara tem feito alguns investimentos em viagens, deslocações, ajudas de custo, etc., para este tipo de reuniões, todas altamente avançadas e que provavelmente alguns dos membros do

Executivo e dos corpos técnicos da Câmara recolherão alguma mais valia técnica e alguns conhecimentos acrescidos da intervenção e da interacção que resulta das parcerias destas reuniões que a Câmara vai fazendo através das Instituições a quem se une. -----

-----,Mas eu lembro que, mais uma vez, no início do seu mandato o Senhor fez uma viagem transcontinental para ir a Singapura, porque tinha alguns exemplos extraordinários de um projecto para ver e eu já lhe disse algumas vezes que gostaria de aprender consigo; assim como gostaria e penso que algumas pessoas aqui na Assembleia, consoante o nosso ramo de actividade, gostaríamos de aprender com os técnicos da Câmara que estão mais ligados a todo este tipo de projectos, pelo que seria interessante que de alguma forma, através da Assembleia ou dos Grupos Municipais, sejam postos ao corrente daquilo que depois de espremido fica como resultado para o Município, porque parece que muitas vezes isto não passa de umas viagens e era fundamentalmente para este tipo de situações que eu chamava a atenção, é que isto também deve ter algum retorno. Portanto, deve jogar aqui um bocado entre o investimento e a qualidade e a quantidade do retorno que tem. Eu gostava de chamar a atenção para isto, porque sou de alguma forma séptico relativamente a algumas das parcerias que são feitas pelo Executivo. Continuo ignorante porque o Executivo também não transmite depois grande coisa, vai fazendo projectos; recebe uns emblemas de vez em quando, mas depois não transmite. Eu acho que é uma pena que aqui alguns de nós que gostaríamos de aprender alguma coisa com este tipo de parcerias não o possam fazer. -----

----- De resto, não tenho nenhuma oposição relativamente a este tipo de matérias, sempre que elas concorram para a melhoria do Município e dos cidadãos do Município.” -----

----- Decorrida a interpelação, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para responder ao interveniente e prestar os devidos esclarecimentos, intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----

-----“Eu concordo com uma das suas questões a 200%, é que efectivamente nós não temos transmitido aquilo que se passa nas diferentes parcerias que temos e nas mais valias que isso tem trazido para Águeda. -----

----- Posso dizer que nós, não fazendo de parte desta Rede CIUMED, em que participámos ainda como observadores e tivemos oportunidade e apresentar algumas coisas que fazemos cá,

fomos convidados para organizar o encontro do próximo ano. Isso quer dizer que nós temos cá algumas coisas que se enquadram bem e dentro daquilo que esta Rede preconiza. Portanto, em relação ao desenvolvimento de Singapura, temos de “pedalar” muito para lá chegar, eles são verdadeiramente de outro campeonato. Mas, aquilo que nos permite é que no nosso dia-a-dia, nós possamos saber evitar alguns erros, porque eles já cometeram e adaptar algumas práticas que eles têm à nossa realidade, porque a realidade deles é totalmente diferente; a forma de estar, a mentalidade etc. mas há algumas coisas que nos são muito úteis; podemos ter algumas aproximações; podemos organizar o nosso trabalho e podemos manter a nossa criatividade, que é um grande potencial que temos e que deve ser preservado, mas eu vou estar atento porque, na realidade, reconheço que é uma falha.”-----

----- Não havendo mais inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo verificado que a Assembleia, por Maioria, com quatro abstenções do CDS-PP, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Adesão do Município de Águeda à Rede CIUMED – Rede das Cidades Médias da Europa. -----

----- **3.6 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Nomeação de um Revisor Oficial de Contas do Município**, de acordo com o nº 2, do artigo 48º, da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro; -----

----- Não havendo inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo verificado que a Assembleia, por Maioria, com quatro abstenções do CDS-PP, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Nomeação de um revisor Oficial de Contas. -----

----- **3.7 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Regulamento Municipal de Publicidade – aprovação da 2ª alteração**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Ao iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa, concedeu a palavra ao **Deputado Alberto José Fernandes Marques – GM do PSD**: que concluiu o que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Numa forma muito telegráfica, queria manifestar a minha satisfação por ter regressado a esta Assembleia, ainda que pelo pior dos motivos, em substituição do Doutor Antunes de

Almeida e espero, pelo menos, neste resto de mandato ter uma prestação que, no mínimo, não o envergonhe. -----

----- Sobre este ponto da Ordem de Trabalhos queria deixar duas notas muito breves. Relativamente à alínea exacta que está aqui em debate do Código do Regulamento de Publicidade para quem não se tiver apercebido tem a ver com a obrigatoriedade dos detentores dos out doors quando não estão a ser utilizados por anúncios, se os taparem com lonas brancas ou de cor neutra, penso que vai dar uma certa atenuante em termos estéticos. Fica uma questão porque eu vejo alguns desses out doors quando estão em branco, sem anunciantes; no entanto, tem lá referência à empresa que os anuncia. Eles pagam por isso também ou não? É apenas uma questão; não sei se é relevante ou não. -----

----- Sobre o Regulamento de Publicidade a questão que eu queria levantar e já falei aqui nisto há dois ou três anos nesta Assembleia e também numa situação semelhante à dos out doors, tem a ver com questão das colocações das placas identificadoras das empresas. Eu já aqui falei nesta Assembleia há vários anos, que existem nalgumas das zonas industriais de Águeda umas sinaléticas de uns tubos verdes com algumas indicações de várias empresas, pelo menos, na altura em que a minha empresa aderiu e pagava para estar lá o sinalzinho a indicar a empresa. Era uma empresa Espanhola que tinha esse serviço. Eu recordo-me que há uns três ou quatro anos, para ter um simples rectangulozinho a indicar o nome da minha empresa pagava trezentos euros por ano, cerca de setenta contos. Eu não sei quais são os preços actuais porque entretanto eu desisti. Seja com for, na altura a Câmara Municipal explicou-me que essa era a única forma legal de ter as empresas indicadas. Todas as outras formas careciam de licenciamento e aprovação da Câmara. O que é certo é que a Câmara Municipal, tanto quanto sei, tem um protocolo com essa empresa para instalação desses meios e permite a colocação selvagem de placas de dezenas de empresas de todas as formas, tamanhos e feitios em todos os locais das zonas industriais, nas rotundas, nos triângulos, nas bermas de estrada, etc. -----

----- Eu sei que posso ser desagradável porque algumas das empresas são de pessoas minhas amigas, são pessoas amigas do Senhor Presidente da Câmara e das pessoas responsáveis, mas penso que tem que haver um bocadinho de tino nestas coisas. Das duas uma: ou a Câmara, nessa sua senda de requalificar e renovar as zonas industriais, que eu acho muito bem, assume de uma vez a gestão da sinalética das zonas industriais, ou reforçando e renovando o

protocolo com a tal empresa ou outra, ou assumindo directamente esse serviço. Mas, seja como for, tem que por ordem nisto, porque senão cada um põe a sua placa e fica aqui uma selva e qualquer dia não vemos nada. -----

----- No âmbito do Regulamento de Publicidade eu gostaria que ficasse aqui esta nota para que em futuras oportunidades, quanto mais próxima melhor, possa também rever-se esse ponto do Regulamento.” -----

----- Decorrida a interpelação, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para responder ao interveniente e prestar os devidos esclarecimentos, intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “As empresas pagam o out door, aquilo que eu quero é que ponham lá o número de telefone, não quero é ferros sem nada; ou têm alguma coisa ou a Câmara vai lá e retira. -----

----- Há demasiadas estruturas espalhadas pelo Concelho sem publicidade e portanto aquilo que visa esta alteração no Regulamento é que a Câmara possa chegar e remova se está só a estrutura de ferro. -----

----- Quanto à sinalética das zonas empresariais, essa colocação selvagem que está aí a proliferar, ainda esta semana tive uma conversa com os Fiscais e os Serviços de limpar essa publicidade toda, porque senão daqui a pouco é sinais por todo o lado e estão clandestinos. -----

----- Nós gostaríamos que isto fosse uma actividade da Associação Empresarial. Não vejo a Câmara como uma entidade, face aos concursos que tem que fazer, face à burocracia inerente para fazer um trabalho daquele tipo que exige manutenção, que tenha que gerir este tipo de trabalho. -----

----- Nós não pomos problemas nenhuns, lanço daqui o repto para que a Associação Empresarial assuma essa tarefa junto dos empresários e eles próprios contratam uma empresa que pode fazer isso. As condições que a Câmara dá àquela empresa, daria obviamente à Associação Empresarial e era uma forma também de um serviço que a Associação Empresarial podia prestar aos seus associados e não só e resolver essa questão a custos bastante mais baixos. -----

----- Entendemos que se a Câmara se colocar neste serviço, não iria prestar um bom serviço, face aos condicionalismos legais que tem para fazer e as burocracias inerentes que tem de desenvolver iria ser uma situação complexa. Gostaríamos de ter uma entidade que gerisse isso.”

----- Não havendo inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo verificado que a Assembleia, por Unanimidade, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Regulamento Municipal de Publicidade – 2ª alteração. -----

----- **3.8 – Discussão e Votação do Plano Plurianual de Investimentos – Alteração da obra de Requalificação da EB1, 2, 3 Fernando Caldeira em Águeda**, de acordo com a alínea b), do nº 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Não havendo inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo verificado que a Assembleia, por Unanimidade, deliberou aprovar do Plano Plurianual de Investimentos – Alteração da obra de Requalificação da EB1, 2, 3 Fernando Caldeira em Águeda. -----

----- **3.9 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Autorização de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia mediante realização de protocolos**, conforme a alínea s), do nº 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- **3.9.1. – Junta de Freguesia de Fermentelos** – Construção de passeios na Rua da Igreja;

----- **3.9.2. – Junta de Freguesia de Águeda** – Construção de estradão entre a Ponte de Bolfiar, Sernada, Alfusqueiro, 2ª fase;;

----- **3.9.3. – Junta de Freguesia de Aguada de Cima** – Construção de valetas e aquedutos e regularização do piso com *tout-venant* na Rua da Canada; -----

----- **3.9.4. – Junta de Freguesia de Belazaima do Chão** – Arranjo urbanístico das escadas do cemitério em Belazaima; -----

----- **3.9.5. – Junta de Freguesia de Recardães** – Regularização de águas pluviais na Rua dos Namorados; -----

----- **3.9.6. – Junta de Freguesia de Espinhel** – Prolongamento e alargamento da Rua da Fonte, Piedade; -----

----- **3.9.7. – Junta de Freguesia de Águeda** – Construção e manutenção de passeios e valetas na freguesia; -----

----- **3.9.8. – Junta de Freguesia de Macieira de Alcoba** – Iluminação exterior do Largo da

Igreja e cemitério; -----

----- Ao iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa, usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos, concluindo o que se tenta transcrever na íntegra: ---

----- “A Mesa analisando a extensão e diversidade deste ponto, propõe à Assembleia que dele seja feita a discussão na generalidade, podendo qualquer intervenção dizer respeito a qualquer das alíneas e se não houver inconvenientes, depois da discussão iremos pôr à votação também na globalidade todo este ponto.” -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra aos Senhores **Deputados Municipais**, que fizeram as intervenções que se transcrevem na íntegra: -----

----- **Deputado António Farias dos Santos – PSD – PFJ de Agadão:** -----

----- “Eu tenho sido uma pessoa que tenha sempre defendido os protocolos com as Juntas de Freguesia, porque penso que a elaboração de protocolos entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia facilita que as Juntas possam fazer mais obra com o mesmo dinheiro porque nós temos mais facilidade de esticar um pouco mais o dinheiro do que ser feito de outra maneira. -----

----- Só que o que eu vejo é que, por vezes, os critérios de elaboração dos protocolos não são bem todos iguais, porque eu vejo aqui protocolos, por exemplo, o protocolo de Travassô de quarenta e nove mil euros para o cemitério. Nós, há dois anos reconstruímos o nosso cemitério num valor de cinquenta mil euros e a verdade é que recebemos cerca de três mil. Ainda há pouco tempo voltámos a falar sobre o assunto dos tanques e dos caminhos, foi-me dito que era preciso procurar financiamento. Mas parece que este protocolo não é igual, porque para Águeda vão trinta mil euros para conclusão de um caminho florestal; não é financiamento, é dinheiro directamente da Câmara, que eu não estou contra isso, pelo contrário. -----

----- A Junta de Freguesia, em colaboração com uma empresa, está a pensar em elaborar uma charca numa altitude bastante alta da Freguesia de Agadão. Eu pedi para ver se havia possibilidades para arranjar algum dinheiro para isso e foi-me dito que tinha que esperar pelo financiamento. Então, para nós é preciso financiamento exterior e para o caminho florestal de Águeda não é preciso? Estas são pequenas situações que nos deixam um pouco revoltados, não é contra os protocolos dos meus colegas, mas tenham um bocadinho de critério porque se o bolo é pequeno tentem dar um bocadinho a cada um, nem que seja muito grande. Ou então, eu por minha parte começo a sentir-me envergonhado de ser Presidente da Junta, porque os outros

fazem protocolos e a mim não me dão protocolos. -----

----- No início deste ano de 2010, quando foi a elaboração do Plano e Orçamento, eu queria fazer protocolos e foi-me dito que não havia protocolos com ninguém, mas afinal há. Agora, vou esperar por 2011 para ver se realmente continua esta injustiça.” -----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins – GM do CDS:** -----

----- “Relativamente a este ponto dos protocolos, é óbvio que os protocolos são altamente defensáveis, às vezes, porque às vezes também não é bem verdade que as Juntas consigam rentabilizar melhor determinado tipo de projectos. Acho que as Câmaras têm, às vezes, alguma obrigação de liderar alguns projectos, porque têm outro tipo de relacionamento, pela sua própria dimensão tem outro tipo de capacidade. No entanto, em projectos deste género é evidente que compete às Juntas liderar esses projectos. -----

----- De qualquer das formas, eu queria fazer aqui uma chamada de atenção. É que este ano, independentemente do Orçamento e do Plano de Actividades ter sido aprovado mais tarde, nós estamos em finais de Setembro e o Senhor está agora a fazer protocolos com as Juntas de Freguesia, enquanto que relativamente ao cumprimento do Plano de Actividades deste ano nós estamos na tábuia népia, se me permite a expressão. Ou seja, eu chamo a atenção dos Senhores Presidentes de Junta, que às vezes se encostam à esquerda e outras vezes se encostam à direita quando há conveniência, da responsabilidade que eles têm em termos de honestidade pessoal e política, de olharem para os Planos de Actividades que aprovam. Chamo a atenção porque, na minha opinião, os Planos de Actividades deveriam ser tanto quantificados como quanto temporizados. Ou seja, uma Junta que reclama determinado número de obras e que lhe são atribuídas as mesmas ou menos, a Câmara deve co-responsabilizar-se com os Senhores Presidentes de Junta e vice-versa a executá-las no tempo. Não é deixar para quando muito bem lhe interessa, não é deixar para períodos eleitorais em que andam todos a fazer obras mal e extremamente caras. Deve de haver planeamento e a Câmara Municipal tem a obrigação, por uma questão de honestidade política, de temporizar no tempo quando é eu vai fazer, a quem vai fazer, de acordo com o Orçamento que traz aqui e que resulta da previsão de receitas. -----

----- Acontece que estamos a três meses do final do ano, alguns Presidentes de Junta estão a reclamar porque ainda não receberam nada; os outros não reclamam porque entretanto sabem que já vão receber; os outros estão pesarosos que se calhar não vão receber por diversas

razões. Portanto, nós chegamos ao final do ano e o Plano de Actividades vai transitar para o ano seguinte, porque entretanto a Câmara não disponibilizou meios, nem disponibilizou recursos financeiros. -----

----- Era contra esta matéria e contra este tipo de apreciar e de ver e de muitas das vezes disponibilizar a anuência ou a aprovação dos Planos de Actividades, que eu chamava também a atenção aos Senhores Presidentes de Junta, porque depois evitam durante determinadas alturas do ano, como agora veio aqui o Senhor Farias reclamar que a ele não lhe dão. Pois não, porque se as obras que ele reclamou e que condescenderam em colocar no Plano de Actividades, se tivesse estabelecido por calendarização que ele em Junho teria levado a obra de X, em Setembro levava a outra e em Dezembro acabava-se o Plano de Actividades, agora o Senhor Farias não tinha que reclamar, porque aceitava a calendarização, estava cumprida. -----

----- Assim, chegamos ao final do Plano de Actividades e, em primeiro lugar por aquilo que eu ouvi ontem e por aquilo que eu vou vendo, eu receio que o Plano de Actividades, mais uma vez, na sua grande maioria, Senhor Presidente, népia.” -----

----- **Deputado José Manuel Gomes de Oliveira – GM do PSD:** -----

----- “Eu quase que não precisava de intervir porque referiu tudo o que eu pretendia dizer. A Câmara vai para os Jornais dizer que tem a melhor organização, no entanto andaram mais de meio ano para apresentar o Plano. O Plano foi apresentado em Junho, entretanto meteram-se férias e agora é que vêm os protocolos. Estamos em final de Setembro, temos três meses para o final do ano, no período em que começam as intempéries, como é que se vai executar esses protocolos? Eu estive doze anos na Junta e sei como se fazem os trabalhos. -----

----- Eu acho que é altura de começar a organizar-se para que isto não volte a acontecer, porque os Presidentes de Junta não conseguem executar os trabalhos agora até ao final do ano; se vão executar vão fazê-lo com más condições e andam um ano inteiro a mendigar por um protocolo, que só no final do ano é que lho dão. -----

----- Eu tive o cuidado em falar com parte dos Presidentes de Junta antes de vir para a Assembleia e todos me disseram que quanto às obras da Câmara ainda não fizeram nenhuma e que os protocolos é no final do ano. Mas que organização é esta? As pessoas não têm que ter respeito pelas outras pessoas? Foi aqui dito, e muito bem, pelo Engenheiro Hilário, que se gastou quatro mil euros num stand da Câmara, só para o estudo prévio. Eu tenho dificuldade de

responder às pessoas quando me dizem que a Câmara não executa porque não tem dinheiro, mas agora começo a ter as respostas todas, pois eles gastam o dinheiro de qualquer maneira. Gastaram quatro mil euros num stand que até ficou muito bem no ano passado e este ano já foram fazer outro, mas para quê? É assim que se estraga o dinheiro e depois o dinheiro para as Juntas de Freguesia quando é que vem? Vem no final do ano e os Presidentes de Junta quase que não têm tempo de executar os protocolos. -----

----- Isto é que é organização? Uma equipa que demora mais de meio ano a fazer um Plano? Se fosse com os dinheiros de quem está a gerir aqui este Executivo, de certeza que não era assim. É altura das pessoas começarem a pensar e começarem a ver porque é que as coisas acontecem assim.” -----

----- **Deputado Francisco Rogério Martinho Estrela – GM do PS:** -----

----- “Eu queria lembrar que o Plano e Orçamento foi aprovado, salvo erro, em Abril. Nos próximos anos, o Plano e Orçamento de 2011 tem de ser aprovado ainda este ano. Portanto, foi uma questão diferente e não são seis meses para tratar mas sim três. -----

----- Quanto à realização dos protocolos das Juntas de Freguesias, são as Juntas de Freguesia que negociam e que aceitam as regras e se as Juntas de Freguesia aceitam essas regras, têm os protocolos que têm. Para se fazer protocolo é preciso projecto, é preciso quantificar e é preciso aprovar e agora, pela primeira vez, vem a esta Assembleia para que todos saibam, porque até aqui não vinham. Se são essas as condições acho que todos nós sabemos com que linha é que nos cozemos. Portanto, não vejo porque não se fazem obras em determinadas Freguesias. Eu creio que as obras são feitas de acordo com as negociações que as Juntas de Freguesia fazem com o Executivo, agora pode haver uma ou outra Freguesia que se sinta prejudicada, mas isso com certeza que terá que ser negociado, na altura devida, com os responsáveis da Câmara, neste caso com o Vice-Presidente Jorge Almeida. Eu não acredito que uma Câmara Municipal queira impedir que uma Junta de Freguesia execute determinados trabalhos. -----

----- Estou a lembrar-me do Estradão da zona de Bolfiar, que eu já ouvia falar há vinte ou trinta anos e que não ia beneficiar só Águeda; ia beneficiar Águeda, Castanheira e Préstimo, na altura. Portanto, é uma obra que não é só para a Junta de Freguesia de Águeda. É uma obra cara e quando se diz que é para passar para as Juntas de Freguesia é evidente que a Câmara podia

fazer, mas todos nós sabemos que para que a Câmara Municipal fazer uma obra, essa mesma obra terá de ter determinadas condições que uma Junta de Freguesia ultrapassa com alguma facilidade, em termos de contrato, em termos de montante dessas mesmas verbas. Portanto, é nesse sentido que se fazem protocolos, porque quando as Juntas não quiserem fazer protocolos, estão no seu direito de não fazerem protocolos. Aliás, as competências são delegadas às Juntas de Freguesia, quando as Juntas de Freguesia não quiserem fazer essas obras, essas obras serão feitas pela Câmara Municipal, desde que aprovadas aqui pela Assembleia.” -----

----- **Deputado António Farias dos Santos – PSD – PFJ de Agadão:** -----

----- “O Professor Estrela parece que não entendeu aquilo que eu disse. Eu não estou contra o Estradão, pelo contrário, eu acho muitíssimo bem, porque todos os acessos são poucos. O que eu estou contra é que na minha Freguesia tenho situações idênticas a essas, que a Freguesia de Agadão é mais de 85% florestal e não me foi dada essa oportunidade, porque eu quis protocolos. Quando foi do plano e Orçamento deste ano eu quis protocolos e foi-me dito a mim que não havia protocolos para Freguesia nenhuma. Então, há aqui qualquer coisa que está mal, pelo que eu estou contra a forma como as coisas são feitas. Porque é que para ali não foi preciso ir buscar subsídios e para Agadão é preciso ir buscar fundos para melhorar a defesa da floresta? Porque é que para o cemitério de Travassô deram quarenta e nove mil euros e para Agadão deram três mil euros? Estas são as perguntas que eu faço para as quais gostava de obter resposta. -----

----- Eu sou a favor da floresta porque eu sou um homem serrano e vivo no meio da floresta, é essa a diferença que eu tenho.” -----

----- **Deputado Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – PJF de Águeda:** -----

----- “Sobre os protocolos o que eu quero dizer é o seguinte: Antes de estar na Junta, já tinha estado em algumas Associações e sempre fui pedir e para qualquer tipo de dinheiros públicos tive sempre o cuidado de pedir para me fiscalizarem e é aquilo que eu digo à Câmara Municipal relativamente aos protocolos efectuados pela Junta de Freguesia e até mais, sempre tive o cuidado de dizer sempre quanto é que eu gastei naquele protocolo; se eventualmente ganhei dinheiro com o protocolo ou se eventualmente perdi, porque há protocolos em que a gente gasta mais do que deve e há outros que ganha dinheiro. -----

----- Eu ainda não percebi porque é que temos que andar sempre a discutir o que cada um faz, porque a importância das obras é sempre relativa e cada Presidente de Junta quer sempre o maior número de obras. -----

----- Depois, Senhor Presidente da Câmara, penso que também não tinha problema nenhum, se calhar, sentarmo-nos todos os Presidentes de Junta à mesa com o Executivo e discutirmos isso. Agora, é a segunda vez que os protocolos passam a vir à Assembleia Municipal, porque eles já cá vieram em Plano e Orçamento e eu chateei o Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente porque eu achava que merecia muito mais dinheiro. Eu sabia o que é cada um dos outros

Presidentes de Junta tinha em termos de protocolos, porque eu li o Plano e Orçamento nas áreas que mais interessava. -----

----- Relativamente aos protocolos o que eu queria pedir era que se fizesse o acordo de na primeira Assembleia Municipal do ano se fazer aqui a aprovação de todos os protocolos definidos e, obviamente, que depois as verbas iriam sendo cedidas, conforme fossemos tendo capacidade de realizar protocolos e conforme a disponibilidade financeira da Câmara. Eu continuo a pensar que a Câmara pode ganhar muito dinheiro se os protocolos forem feitos pelas Juntas de Freguesia, porque nós temos que ter a capacidade de com Orçamentos muito pequenos tentarmos acudir a um grande número de situações, porque no nosso dia-a-dia somos constantemente bombardeados pelas pessoas e temos dificuldade em dizer que não e tentamos acudir a todas as situações. Sobre esse ponto de vista era importante que nós tivéssemos tempo para realizar e que fossemos fiscalizados para não haver cá desconfianças. Eu não gosto de ouvir aqui que os Presidentes de Junta, eventualmente, se aproveitam de alguma coisa, porque não é verdade. A nossa vida é extremamente difícil, era bom que todas as pessoas tivessem um mês como Presidentes de Junta para perceberem o que é difícil nós sentimos no dia-a-dia com os anseios e os problemas que afectam as pessoas e quase sempre não temos a capacidade física e económica de poder resolver esses problemas. -----

----- Na minha opinião, os protocolos devem ser mais, devem ser mais fiscalizados e é para isso que cá estamos. Estamos a gerir o dinheiro público e temos de prestar contas dele. Quanto mais for a abertura entre nós e a Câmara Municipal e mais transparência houver, se calhar, mais podemos fazer todos. -----

----- Aquilo que eu pedia então, era que na primeira Assembleia Municipal do ano, todos os protocolos viessem aqui para serem aprovados e depois conforme se fosse fazendo o dinheiro fosse transferido e fossemos andando de protocolo a protocolo para chegarmos ao fim do ano e termos todos os protocolos, que estiverem protocolados, feitos.” -----

----- **Deputado Hilário Manuel Ferreira dos Santos – GM do PSD:** -----

----- “Vou fazer uma primeira nota ao Professor Estrela. Os protocolos já vieram a esta Assembleia Municipal em mandatos anteriores. Já foi esta Câmara, no mandato anterior, que entendeu acabar com a situação de trazer os protocolos com as Juntas à Assembleia Municipal. Salvo erro terá entendido, porque entendia que a partir do momento que o protocolo estava

reflectido no Plano de Actividades e no Orçamento, que não seria necessário vir à própria Assembleia Municipal. Penso que era esse o entendimento que a Câmara tinha, penso que há um novo entendimento jurídico na Câmara que vai, no futuro, ao encontro daquilo que antes era feito, porque o facto de estar em Plano de Actividades não é por si só a garantia da passagem da responsabilidade para uma entidade diferente. Por isso, parece-me que a proposta do Paulo é de boa vontade, mas não nos podemos esquecer que a partir do momento em que a Câmara executa o protocolo com a Junta de Freguesia tem que a dotar de meios e a partir desse momento a responsabilidade passou automaticamente para a Junta de Freguesia. Se a Câmara lhe entregar o protocolo no início do ano, tem que fazer a obra. É esta a questão que se põe aqui. Estamos a falar dos protocolos, mas também estamos a falar das obras que estão no Plano de Actividades que não são feitas no próprio ano. -----

----- O Professor Martins veio aqui com uma excelente intenção de calendarizar os protocolos. Eu penso que a primeira coisa que devíamos tentar é garantir que cumpríamos com o Plano de Actividades ao longo do ano, ao longo de dois anos ou ao longo do triénio. Eu sei que vai ser um burburinho o primeiro ano que nós fizemos isto, porque se nós temos vinte e cinco milhões de euros para gastar e temos no Plano cinquenta milhões, vamos ter aqui uma guerra com toda a gente a falar contra isto. Mas se nós soubermos que aqueles vinte e cinco milhões de euros vão ser gastos, de certeza absoluta que todos nós vamos ficar chateados com aquilo, mas vamos ganhar credibilidade e vamos saber o que se vai fazer. Mas, vamos passo a passo, primeiro garantir que o Orçamento vai ser feito, o problema que acontece é que ele não tem nada a ver com a realidade. O que está no Orçamento e o que está no Plano, é completamente diferente da realidade.” -----

----- Decorridas as interpelações, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para responder aos intervenientes e prestar os devidos esclarecimentos, intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “É só para dizer que Águeda aparece com protocolo para um caminho florestal e não é mandado para os programas porque Águeda está fora do PRODER, ou seja, é uma zona que não é abrangida pelo PRODER. Portanto, ou fazemos com Orçamentos próprios ou não fazemos; só há essa razão porque uma das coisas que eu pugno é que as obras participadas ficam à frente de todas as outras. Nós temos de conseguir rentabilizar o

dinheiro que temos e quanto a isso quero dizer que nós vamos arranjar o máximo de candidaturas para poder fazer mais ou menos. -----

----- É claro que me preocupa e não tenho prazer nenhum em ter um Orçamento que não é cumprido. As indicações que eu dei para este ano, é que nós vamos reduzir o número de obras que vai a Plano. Vamos tentar ser mais exactos naquilo que fazemos. Obviamente, que há sempre derrapagens, mas não pode ser com o grau que tem vindo do passado. Vamos aproximar isto da realidade. -----

----- Agora, eu queria dizer ao Senhor José Oliveira que parece que quando chega aqui fez tudo bem e é o maior de todos os tempos. Eu tenho alguns problemas difíceis de resolver, que não sei se os vou conseguir resolver, que o Senhor deixou, porque isto não é para fazer de qualquer maneira. Há normas para seguir no País e que, mais tarde ou mais cedo, elas têm que ser cumpridas e, às vezes, custa muito mais emendar do que fazer de novo. Eu posso lhe dizer que passo tempo demais a tentar remediar situações que não deveriam ter acontecido.” -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo verificado que a Assembleia, por Unanimidade, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Autorização de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia mediante realização de protocolos. -----

----- **3.10 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal para aprovação da Derrama sobre o Lucro Tributável sujeito e não isento de IRC , para o ano 2011**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea f), do nº 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Para iniciar este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra aos Senhores **Deputados Municipais**, que fizeram as intervenções que se transcrevem na íntegra: -----

----- **Deputado Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – PJF de Águeda:** -----

----- No Quadro Comunitário havia dinheiro para o saneamento, onde é que está o saneamento da Freguesia central que leva todo o dinheiro? Mais de metade da Freguesia não tem saneamento. Eu chego à Catraia de Assequins e Paredes e já não tenho saneamento. Aguada de Cima estará assim tão mal? Há muitas Freguesias que estão assim tão mal? Parece que não. Uma vez ouvi o José Oliveira dizer aqui que havia duzentas e tal ruas em Aguada de Cima e que

a esmagadora maioria delas tinham alcatrão. Eu tenho dezenas de ruas na zona central por alcatroar e que eu também defendo que não sejam alcatroadas, o que é grave porque politicamente é incorrecto, porque não tem saneamento. Se calhar, há Freguesias que têm falta de muita pouca coisa, contrariamente à de Águeda, que podemos dar uma volta e analisar as carências que ela tem. -----

----- Toda a gente tem o hábito de falar na Freguesia de Águeda, eu também vou às outras Freguesias e acho que nós não ganhamos nada com esta situação de vir aqui comparar quanto é que leva cada Freguesia; acho que não dignifica esta casa. Devíamos estar mais unidos para que o crescimento fosse mais harmonioso entre todos; percebermos melhor os problemas que cada uma das nossas Freguesias tem e trabalharmos, nós Freguesias, como Concelho porque, no fundo, Águeda não é mais nem menos que a unificação de todas as Freguesias. -----

----- Em vez de andarmos aqui a defender as nossas “capelinhas”, devíamos ter honestidade política de perceber que há Freguesias que realmente têm problemas e que, se calhar, a Câmara em determinada altura deve apoiar mais uma Freguesia do que outra. Eu vim aqui defender que achava muito bem o facto de Espinhel e Óis receberem muito dinheiro com a questão da Pateira, porque aquilo é uma coisa que mais ninguém tem e temos que potenciar. -----

----- O que eu pedia é que quando vierem falar de Águeda não falem só no sorvedouro de dinheiro que é a Freguesia de Águeda, mas que falem também nas carências. Vamos pedir à Câmara Municipal que se promova uma volta a todas as Freguesias para ver as carências e o que têm e depois vamos ter grandes surpresas. -----

----- No último Plano e Orçamento, eu não estava cá e um Presidente de Junta disse isto e aquilo sobre Águeda. Por acaso eu leio o Orçamento e a obra mais cara que estava no Plano e Orçamento, curiosamente, muito perto de Águeda, era exactamente da Freguesia da pessoa que mais barulho aqui fez e que dizia que não ia dinheiro nenhum para a sua Freguesia. Águeda recebe muito menos do que tem direito. Já me chateei muitas vezes com o Senhor Presidente da Câmara, com o Senhor Vice-Presidente, com os Senhores Vereadores e respondo-lhes objectivamente porquê. -----

----- Eu posso chegar aqui e dizer que tenho estas carências, agora dizer que tenho estas carências porque aquele recebeu aquilo, faz-me lembrar o menino da bola: “*a bola é minha tu não jogas*”. Estas situações não podem acontecer.” -----

----- **Deputado Wilson José de Oliveira Dias Gaio – PSD – P.J.F. de Barro:** -----

----- “Eu não era para intervir mas, às vezes, quem não se sente não é de boa gente. Paulo Seara: sabes que hoje foi dia de pagamento por conta? Sabes que hoje foi dia de pagamento de ordenados? Sabes que há todos os dias fornecedores para pagar? Sabes que as coisas estão complicadas? Sabes que é com muito orgulho e prazer que eu digo aqui que pago impostos. -----

----- Agora, não tenho necessidade de olhar para Oliveira do Bairro e a taxa ser quase metade daqui, zero oito e já nem vou falar em termos de Freguesia e vou aproveitar para dizer que não vou votar neste ponto. -----

----- Senhor Presidente, um e meio – zero oito, a derrama incide não sobre o lucro, mas sobre o que se conseguiu, chamado contas de merceeiro – deve e haver.” -----

----- Decorridas as interpelações, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para responder aos intervenientes e prestar os devidos esclarecimentos, intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “O Senhor José Oliveira não vê que comprámos terrenos para fazer um Centro Educativo em Aguada de Cima e não fazemos nada; não vê que comprámos terrenos no Casarão e não fazemos nada; isso não se vê, não existe, é tudo em Águeda. Mas, se está recordado, há muitos anos nesta sala, foi aqui dito e está escrito no Plano Estratégico, que Águeda era uma cidade agressiva para quem cá vive e que precisava de ser alterada. Está escrito há muitos anos e não fui eu que escrevi. Nós não conseguimos ter um Concelho que tenha referência se não tiver uma cidade que tenha qualidade para atrair pessoas e é isto que nós queremos. -----

----- Nós não estamos sozinhos nesta perspectiva; isto é um movimento nacional. É entendido que é preciso requalificar as nossas cidades. Nós estamos a tentar requalificar e minimizar alguns problemas que temos naquela zona da cidade porque queremos também proteger das cheias e é isso que estamos a fazer e é uma aposta estratégica, porque nós não conseguimos ter um Concelho competitivo se não tivermos uma cidade competitiva e agradável, que seja mais atractiva. -----

----- Aquilo que estamos a fazer em termos de cultura, nós precisamos de dar espaços para as pessoas terem lazer, porque não é só emprego e também estamos a trabalhar no emprego. -----

----- Posso dizer que talvez nós não precisamos de propor agora uma taxa de 1,5% se já houvesse espaços empresariais, porque muitas das empresas que estão em Oliveira do Bairro

são de empresários de Águeda, que foram para lá porque não tiveram resposta cá e nós teríamos mais gente, mais impostos em geral e teríamos menos necessidade de sobrecarregar agora as empresas com tanto. -----

----- Queria dizer-lhe que eu tenho guardado isto, mas sobre o papel dos Presidentes das Juntas, e tanto quanto eu sei, o Senhor andou algumas vezes a indicar como obras prioritárias para a sua Freguesia, estradas pelo meio dos pinhais que não serviam nada nem ninguém e então a Câmara decidiu não fazer nada daquilo que o Senhor indicava e ir fazê-las onde elas eram efectivamente necessárias, porque aquilo que o Senhor queria era esbanjamento de dinheiros, com fins só de poder dizer que a Câmara não fez nada porque não se via, era lá atrás no meio dos pinhais e nós não fazemos isso. Lamento ter de lho dizer assim, mas isto aconteceu e é lamentável que tenha acontecido. -----

----- Sobre o Parque empresarial, eu sei que o Senhor esteve sempre contra, mas vai ser uma realidade que Águeda já precisava há muitos anos.”-----

----- **Deputado José Manuel Gomes de Oliveira – GM do PSD:** -----

----- “Em relação às estradas no meio dos pinhais, eu quero aqui lembrar o Senhor Presidente que uma das estradas que nós pedimos para ser feita foi a da Rua da Mata. Eu gostava que o Senhor vivesse lá nesta altura, porque é quase impossível viver lá com tanto pó. -----

----- O que é que foi dito pelo Senhor Vereador? A obra foi incluída no seu Plano, feito por si, o Senhor Vereador foi à Junta de Freguesia e disse: “Este ano não tenho dinheiro que chegue, é só até ao limite das casas”. Foi o Senhor Vereador das obras que o disse, não fui eu que inventei nada e a obra não foi feita. Quem é que está aqui a inventar alguma coisa? Quem é que está aqui a pedir alguma coisa a mais? -----

----- Em relação ao Parque Empresarial, o que é que o Senhor Presidente fez? O Senhor acha que fez um feito histórico. O Senhor comprou os terrenos, no mínimo, a dobro do preço. Comprar caro toda a gente compra; comprar em preço é que pouca gente compra. Diz que não tem Parques Empresariais, haja dinheiro para fazer indústria em Águeda que não faltam zonas que estão classificadas em PDM como industriais para fazerem pavilhões: em Barro; em Aguada de Cima; na Alagoa; na Catraia de Assequins, em tanto lado. -----

----- Eu, já no princípio do ano disse que, começando a obra que passado um ano, pouco lá estava feito e nada lá está feito. Vou voltar a dizer aqui, hoje, que daqui a um ano, no Parque

Empresarial do Casarão pouco lá vai estar feito, porque o Senhor Presidente como é a pessoa que mais sabe, foi meter a zona industrial no topo e agora para chegar lá com as infra-estruturas quanto é que vai custar? O Senhor já avaliou isso? O Senhor fez algum estudo disso? -----

----- O Senhor Presidente tinha uma zona industrial na mesma Freguesia, que também apanhava Barro; tinha lá quatrocentos hectares em zona industrial. Fez aqui uma reunião onde eu estive presente, mas antes já andava a comprar os outros terrenos, enganando as pessoas.” -

----- Decorrida a interpelação, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para responder ao interveniente e prestar os devidos esclarecimentos, intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “Primeiro quero esclarecer que aquilo que fizemos sobre os Parques Empresariais, foi começar por chamar os donos dos terrenos. As zonas empresárias estavam marcadas e nalguns tivemos trabalho de campo e muitos não apareceram. Se o Senhor acha que a Câmara está a comprar mal, que está a comprar caro, arranje terrenos que a Câmara compra. -----

----- As infra-estruturas que houve por aí em todo o lado foram feitas pela Câmara e estas também vão ser feitas e vão ser repercutidos os custos nos terrenos, porque a Câmara fazia as estradas e ainda ia pedir por favor para cederem o terreno para o caminho para valorizar a propriedade privada e esta Câmara não faz isso. -----

----- Estamos disponíveis para comprar, dentro das zonas dos outros Parques Empresariais, terrenos ao mesmo preço. Está a oferta feita para nós podermos dar continuidade porque nós temos uma âncora. Nós temos um empreendimento que quer vir, mas agora queremos dar resposta aos de Águeda e depois queremos ir para a competição global. Queremos ir chamar outros empreendimentos para Águeda, que aqui é que está a grande diferença. -----

----- Se nós não tivéssemos aquele terreno, se não tivéssemos avançado com aquela aquisição, não teríamos cá o LIDL. Eu sei que os Senhores fazem imensa força para que ele não venha para cá. Eu tenho um contrato assinado e aquilo que eles me dizem é que durante este último trimestre querem e está escrito. Tem que ter a informação prévia para construir e as datas são para abrir em Maio ou Abril de 2012; são as datas que temos e posso vos dizer que o investimento está aprovado por toda a cadeia hierárquica do LIDL. Posso dizer também que não foi para Aveiro, que estávamos em competição e veio para Águeda. -----

----- Depois, temos outra coisa, é que nós, neste momento, se houver alguns investimentos por

ai de alguma empresa, podemos dizer que nós somos candidatos a receber essa empresa, coisa que no passado não acontecia; não havia possibilidades de trazer nada para Águeda. Eu tive alguns pedidos de empresas que queriam vir para Águeda, por exemplo, para fazerem as torres eólicas, queriam terrenos com determinadas características e eu tive que os mandar para outras zonas. -----

----- Mas aquilo que está aqui em causa são as taxas e os valores. A derrama corresponde a um valor bastante elevado em termos de Orçamento da Câmara. Aquilo que as empresas de Águeda infelizmente contribuem para o Orçamento da Câmara foi no ano passado de cerca de um milhão e meio de euros, é uma verba significativa. Daquilo que eu tenho falado com muitos empresários eles não me têm pedido para baixar a derrama, aquilo que eles pretendem da Câmara é que seja célere e que os apoie nas suas actividades. Posso vos dizer que é isso que nós tentamos fazer, é dar-lhes as melhores condições e estar com eles onde é necessário para que possam expandir as suas empresas. Quando fazemos alguns encontros com os empresários, digo-lhes que quero trabalhar com eles; quero que ganhem muito dinheiro porque quero que paguem impostos, porque esse dinheiro é essencial para a Câmara poder desenvolver os projectos. -----

----- E numa altura de crise, aquilo que se passa, e isto também pode servir para o ponto seguinte, é que este ano nós tivemos um corte de quatrocentos mil euros, antes deste PEC de ontem já eram oitocentos mil para o próximo ano, eu não sei quando é que vai ser o corte. Sei que vamos ter menos dinheiro no próximo ano, mas a decisão é soberana por parte da Assembleia. Temos algumas obras em Plano de Actividades que estão em contencioso há bastante tempo porque os empreiteiros não facturaram aquilo que fizeram à Câmara. São facturas que nos estão a causar alguns problemas, mas aquilo que nós não temos é obras por pagar. Vamos fazendo conforme as receitas que temos; temos que ser mais realistas e no Plano iremos ter as obras que nós vamos tentar fazer com o grau de execução no próximo ano, superior ao deste ano e, também, obviamente, privilegiando os investimentos que são comparticipados. Nós não podemos atirar ao lixo participações da ordem dos 70%, dos 80%, dos 50%, temos de os aproveitar e é esse que é o nosso objectivo e precisamos da contrapartida do Orçamento da Câmara para fazer face a esses investimentos.”

----- Não havendo mais inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor

Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo verificado que a Assembleia, por Maioria, com seis votos contra do PSD e quatro abstenções do PSD, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal da Derrama sobre o Lucro Tributável sujeito e não isento de IRC, para o ano 2011. -----

----- **3.11 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal para aprovação das Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os prédios urbanos – para o ano 2011**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea f), do nº 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Para dar início a este ponto da Ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra aos Senhores **Deputados Municipais**, que fizeram as intervenções que se transcrevem na íntegra: -----

----- **Deputada Marlene Domingues Gaio – GM do PSD:** -----

----- “Propõe o Executivo que deliberemos acerca da sua proposta de, uma vez mais, manter as taxas de IMI no seu máximo. Eu no ano passado já cá estive a defender a mesma posição que defendo este ano, porque infelizmente a situação não só se mantém como ainda se agravou e se é verdade, de facto, que a taxa de 0,7% para os prédios urbanos não nos repugna, porque toda a gente sabe que os prédios antes do CIMI estavam subavaliados e a verdade é que dentro em pouco estarão todos avaliados, segundo as novas regras. O mesmo já não poderemos dizer quanto à taxa máxima proposta para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI e quanto a esta questão o Executivo fez as contas. Penso que todos vós analisaram o que vinha naquele CD. Diz que a redução para 0,3% nesta taxa implicará apenas um esforço financeiro diário de cerca de vinte cêntimos para o contribuinte, que multiplicado por trezentos e sessenta e cinco dias, significará um esforço de setenta e três euros por ano. -----

----- Realmente, eu cheguei à conclusão que as coisas ditas desta forma parece que não nos entram muito no bolso, mas digamo-lo de uma forma mais realística. Eu fiz uma simulação no portal das Finanças, de um apartado em Águeda com cerca de 150m², com um coeficiente de localização de qualidade e conforto médio e segundo as regras do CIMI, do novo Código do IMI, este prédio iria ser avaliado em cerca de cento e quinze mil euros. Isto significa que se a taxa a aplicar se for 0,4% o proprietário irá pagar cerca de quatrocentos e sessenta euros e se for de 0,3% irá pagar cerca de trezentos e quarenta e cinco euros; o que dá uma diferença na ordem

dos cento e quinze euros por ano, ou seja, mais zero virgula trinta e um euros diários. Mas se o apartamento for arrendado isto significará para o proprietário cerca de dois meses de renda e adivinhem em quem se irá reflectir esta despesa. -----

-----Todas estas premissas caem ainda por terra se o valor por metro quadrado para o ano 2011 se não mantiver, ou seja, como toda a gente sabe, o valor por metro quadrado do CIMI é revisto e é avaliado todos os anos. Portanto, eu fiz as contas para os valores que estão em prática neste momento e para o ano de 2010. -----

----- A nossa situação é muito grave, como toda a gente sabe, vai agravar-se mais ainda e eu não considero, de forma alguma, que seja legítimo pedirmos ainda mais aos nossos Municípes que façam um esforço nem que seja de só mais vinte cêntimos por dia e retirem do seu rendimento um euro diários, quando o Governo continua a meter medidas de austeridade e diariamente todos nós perdemos capacidade financeira e qualidade de vida. Continuo a defender também que se Câmara entende que esse esforço financeiro que pede ao Municípe não é relevante, então também o não será exactamente na mesma medida para o Municípe. -----

----- Para além disso ainda cheguei a uma outra conclusão. As contas que nos apresentam para aprovação das taxas são ilusórias, não correspondem á realidade, porque esqueceram-se de avaliar naquele número gigantesco que ali puseram, que todos os anos aumenta o número de prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI. Não só por todos os anos há novas habitações mas também porque se esqueceram de colocar lá o valor dos prédios antigos, mas que todos os anos estão a ser avaliados segundo este novo código. Ou seja, todos os anos aumenta neste campo também a receita do Municípe, porque embora deixe de ter prédios taxados a 0,7%, mas que estão subavaliados, passa a ter outros prédios taxados a 0,4% obviamente, mas com um valor muito superior, com valor muito próximo do valor de mercado. -----

----- Para terem uma noção daquilo que eu estou a dizer, vou apresentar-vos uma situação real e que se passou comigo esta semana: Existe uma casa em Barro com trinta anos, esta casa estava com uma avaliação de cinco mil euros; recebeu agora a nova avaliação nos termos do CIMI para cento e cinquenta mil euros, ou seja, esta casa pagava trinta e cinco euros e agora paga seiscentos euros. Por outro lado, assistimos ainda a um reforço dos poderes tributários das próprias Autarquias, nomeadamente através do alargamento do intervalo de fixação das taxas no âmbito do IMI e dos novos poderes de determinação de isenções no âmbito da compilação das

Leis das Finanças Locais do CIMI. -----

----- Finalmente, nem que se venha com o argumento de que ocorrerá uma diminuição da receita proveniente da transferência nacional para tentar justificar esta situação, porque uma vez mais serão os Municípios a pagar a factura desta crise e a meu ver a solução não passa por aí. A solução terá, inevitavelmente, que passar por uma redução da despesa. -----

----- O que eu venho aqui pedir aos meus colegas que vão votar esta proposta da Câmara é que para grandes males grandes remédios, nós estamos a atravessar uma grave crise, sem comparações e não significa que por este ano adoptarmos uma medida excepcional que essa medida terá que se manter. Mas, por favor, não vamos deixar que esta carga, uma vez mais, caia sobre os nossos concidadãos que nos elegeram para nós estarmos aqui a defender os interesses que são deles.” -----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares – GM do PS:** -----

----- “Eu compreendo perfeitamente as preocupações que a Doutora Marlene Gaio aqui veio trazer. Não posso dizer que não sejam legítimas. Agora, nós não podemos estar com demagogia e esta questão do IMI e da redução de taxas, na realidade, feitas bem as contas acaba por ser uma questão demagógica. Realmente, há que fazer contas e há primeiro averiguar que o principal problema que aqui existe não é tanto o da determinação da taxa; é sim a diferença dos prédios avaliados antes da entrada em vigor do Código do IMI e depois da entrada em vigor do Código do IMI. Aí é que se nota bastante a diferença e é aí que os Contribuintes realmente sentiram o entrarem-lhe nos bolsos, porque a questão de alterar ou não a taxa, ainda que estejamos a falar de uma diferença de cento e quinze euros por ano, a realidade é que dá trinta e dois cêntimos por dia. Ora, há muita gente a gastar em outras coisas muito mais do que trinta e dois cêntimos por dia e todos nós sabemos disso. -----

----- Agora, ao direito de propriedade está sujeito um imposto, imposto este que tem um custo. É desagradável, é duro, sobretudo numa altura de crise. Eu percebo que realmente seja uma situação preocupante, mas também é preocupante que a nossa Autarquia deixe de receber a receita que precisa, nomeadamente se considerarmos um valor que aqui está referido, estaríamos a falar de uma diferença de cobrança superior a quinhentos mil euros por ano. Quinhentos mil euros por ano em obras municipais é muita coisa; dá para fazer muita obra; dá para melhorar em muito as condições de vida dos Municípios de Águeda. Esta é que é a questão;

a questão é nós escolhermos entre um sacrifício ao Contribuinte de trinta e dois cêntimos por dia e uma perda para o Município de uma receita de mais de quinhentos mil euros por ano. -----

----- Peço-vos que pensem bem sobre isto, porque é pensarmos e é escolhermos o que é que realmente vale a pena: se é termos menos trinta e dois cêntimos por dia ou termos uma receita anual de mais de quinhentos mil euros?” -----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins – GM do CDS:** -----

----- “Eu acho que há alturas em que nós não deveríamos fazer aqui análise política global, mas há alturas em que temos mesmo que a fazer e particularmente quando estamos a falar de dinheiros. É corrente e claro que este País se endivida a dois milhões e meio de euros à hora; são sessenta milhões de euros por dia; são vinte e um mil e novecentos milhões de euros por ano. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara tem a ambição, politicamente justa, na minha opinião politicamente menos correcta, de fazer um Centro de Artes em Águeda estimado em três milhões de euros. Durante um dia, com o endividamento do País, construir-se-iam vinte Centro de Artes iguais àquele que o Senhor quer e em dezoito dias muniríamos todos os Municípios do País de um Centro de Artes, que é justo que todos tenham e que agora está na moda e em termos de projecção futura é o que se aconselha. -----

----- Diria, Senhor Presidente que se Portugal valesse dois euros por metro quadrado, ou seja, menos de metade do valor que o Senhor pela Zona Industrial do Casarão, nós teríamos qualquer coisa como dois milhões de euros por quilómetro quadrado, o que quer dizer que tendo este País oitenta e nove mil quilómetros quadrados, valeria cento e setenta e oito mil milhões de euros, ou seja, com impacto do crescimento da dívida pública, em oito anos perderíamos o País, porque estava tudo hipotecado. -----

----- Diria também que os impostos só se podem cobrar de quem tem capacidade de os pagar, de quem tem receitas. Mas registei e registo a ligeireza numérica e matemática do Senhor Presidente, agora corrigida pela colega Carla Tavares, de que o Contribuinte seria meramente massacrado com vinte cêntimos por dia. Quer nos números de um quer nos números do outro, está completamente errados; é uma matemática chapadamente de pernas para o ar. Senhor Presidente, não são vinte cêntimos por dia, é muito mais, substancialmente mais do que isso. ----

----- Senhor Presidente, é quanto por dia correspondente à subida do IRS? É quanto por dia

correspondente à redução das participações nos Serviços de Saúde? É quanto por dia relativamente à taxa de 6% que passou a operar nos medicamentos? É mais quanto por dia relativamente à redução das participações na despesa de educação? É mais zero vírgula zero trinta e cinco por dia se o Senhor quiser comprar um aparelho para andar nas SCUT's. É quanto por dia para andar nas SCUT's para trabalhar diariamente? É zero vírgula vinte e cinco por hora /dia de estacionamento nas Ruas de Águeda. É mais quanto por dia da modesta contribuição para a subida do IVA para 23%? Quantos mais cêntimos são por dia decorrentes do aumento das taxas do custo da água? São vinte cêntimos por dia da taxa de tratamento do lixo. Quantos mais cêntimos são decorrentes dos aumentos da electricidade? Quantas mais percentagens são por dia resultante dos congelamentos dos salários? Quantos mais cêntimos por dia decorrentes da redução de salários dos funcionários públicos? São quantos mais por cento por dia que vão para o Imposto de circulação Automóvel? São quantos mais cêntimos por dia referentes às dívidas que o cidadão vai tendo que dar para as Associações Humanitárias e para ajudar os que têm necessidades e que as Instituições não lhes conseguem chegar? É quanto mais por cento por dia para as esmolas que alguma vez por questão de consciência social passamos na rua e damos? É quantos mais por cento por dia para a taxa do áudio visual? É quantos mais por cento por dia para as taxas que os Contribuintes pagam pelos direitos de passagem, que o Senhor quer aprovar daqui a bocado, uma taxa em que o Senhor cobra X e os Contribuintes estão a pagar às empresas, a quem o Senhor cobra X mais Y? São mais cinquenta cêntimos por dia de agravamento dos custos das prestações mensais de habitação em cima da prestação normal, por causa das subidas do juro, porque a falta de credibilidade do Governo levou a que os Bancos tenham que pagar mais pelos empréstimos e vão cobrar mais a quem emprestaram o dinheiro. É quanto mais por cento por dia das prestações do automóvel? -----

----- Diria Senhor Presidente, que vinte cêntimos são extremamente curtos para fazer face àquilo que o cidadão está neste momento a pagar. -----

----- Agora, eu creio que quer a colega Marlene, quer a colega Carla, estão completamente erradas, por motivos opostos. -----

----- Senhor Presidente, eu vou votar contra por uma questão de coerência. Aliás, ninguém me pode acusar. Sempre defendi que o Senhor deveria reduzir custos e que as empresas deveriam reduzir custos estatais para aliviar um pouco a margem da receita. Portanto, por uma questão de

consciência e como sempre defendemos isso no CDS, mais uma vez votamos contra este Imposto, mas com uma certa amargura, porque não nos vale rigorosamente nada votar contra, porque votando contra ou a favor o Senhor continuará a governar com a taxa anterior e a taxa anterior é de zero virgula sete. Sim, Senhor Presidente, se não for aprovada uma taxa, o Senhor propõe nova taxa ou governa com a anterior. Se assim não é, então espero bem que esta Assembleia vote mesmo contra, por uma razão simples. É que correndo todos os riscos pessoais e políticos de me acusarem daquilo que quiserem, eu já escrevi e o que está escrito não pode voltar atrás; é que eu já lhe disse, Senhor Presidente, que o Senhor deveria dar um sinal político e de honestidade de abdicar de um determinado tipo de obras, que era para que o País e o Governo tivessem um bocado de juízo e fizéssemos todos o mesmo. -----

----- Já disse ao Senhor Presidente pessoalmente e portanto não vou dar-lhe nenhuma novidade agora, de que era minha opinião que mais valia o Senhor estar quietinho e não gastar dinheiro na Avenida Doutor Eugénio Ribeiro. Se o Senhor avançar com a obra sabe quanto ela lhe vai custar? se o Senhor não avançar com a obra sabe quanto é que vai poupar? -----

----- Acho que relativamente aquilo que já se falou, que há obras que não devem ser sobrepostas, pode ser uma questão de gosto pessoal mas custam muito dinheiro e eu acho que neste momento, não estamos em período de gastar dinheiro, estamos em período de poupar. ----

----- Senhor Presidente, do cimo desta tribuna eu volto a dizer-lhe, eu sei que o Senhor quer trabalhar um bocado para a placa; no passado também já alguém trabalhou para a placa. -----

----- Contrariamente ao que disse o Seara há bocado, nós temos grandes obras. O que é que Águeda não tem? Tem um Estádio Municipal que custou um milhão e duzentos e cinquenta mil contos; enterraram meio milhão de contos no Largo 1º de Maio porque caiu o muro; já lá foram enterrados mais e o Senhor Presidente parece que agora quer fazer, ainda por cima, mais obras lá para continuar a enterrar dinheiro. Enterrou-se dinheiro no Centro de Canoagem. Portanto, Águeda tem um conjunto de obras importantes. -----

----- Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águeda, eu devo dizer-lhe agora uma coisa, de facto, eu sempre pensei que a junta de Águeda era um elemento a mais na Autarquia porque está sobreposta à Câmara, ou seja, estão as duas no mesmo espaço geográfico a fazer a mesma coisa. Se, de facto, também reduzirmos a Junta de Águeda e fizermos uma reestruturação administrativa, ganhamos todos, se calhar, mais algum dinheiro com isso tudo. ---

----- Portanto, Senhor Presidente, de tudo aquilo que eu disse aqui; de tudo aquilo que o Senhor sabe que nós no CDS pensamos acerca disso, o Senhor deve pensar em dar um sinal muito claro, embora não fiquem as placas todas postas, mas ficarão seguramente algumas. -----

----- O Senhor tem algum mérito na recuperação financeira da edilidade, temos que lhe dar esse louvor e temos que estar ao seu lado. O Senhor tem algum mérito nalgumas obras que ainda vai desenvolver até ao final do seu mandato, mas tem que entender também que a cidade tem que ser alterada mas tem timings para ser alterada e não se pode fazer duma cidade uma cidade menos agressiva, quando não há dinheiro.” -----

----- **Deputado Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – PJF de Águeda:** -----

----- “Eu quero dizer ao Senhor Deputado Martins que eu não defendo a extinção da Freguesia de Águeda, eu até defendo que Águeda devia ter cinco. Não tem cabimento haver Freguesias como no Centro de Lisboa com quatrocentas pessoas e eu já disse isto. -----

----- Estando na área geográfica da Câmara, quando quiser também o convido a ir ver o que é que faz uma e o que faz a outra e vamos ver quem faz, porque faz e como faz. Isso é que é importante. -----

----- O Senhor Doutor Martins chega aqui com intervenções que eu gosto, mas não podemos andar aqui todos a fazer manifestações a dizer que não há aumento do rendimento salarial do trabalhador porque não há dinheiro; depois não se podem pagar impostos porque as pessoas não têm dinheiro. Nós temos que definir, ou faz-se e há auto-estradas e há SCUTs; ou há porque as há; ou se faz porque se tem que fazer e não vamos tapar o sol com a peneira, porque aquilo que o Senhor acabou de dizer foi que não se faz nada e poupamos dinheiro. O Salazar foi expedito nisso; toda a gente passava fome e havia dinheiro com fartura nos cofres. Não damos de comer a ninguém e temos o celeiro cheio; agora, se há gente para comer tem que se gastar do celeiro. -----

----- E essa história de vir aqui referir os impostos, mas há algum imposto novo? Já viu quanto é que gasta em saúde e quanto é que gasta num certo número de coisas, então não temos que ser nós a pagar isso? Se me perguntar se eu acho piada ao PEC, não acho, eu não quero é ficar como a Grécia; eu não quero é ir para Países como os Estados Unidos da América que desencadeiam isto tudo. -----

----- Se baixar ou subir o imposto é importante, eu não sei, mas que é preciso dinheiro para

fazer obras é; que há muitas carências no nosso Concelho há; que há muitas carências no nosso País há. -----

----- Para finalizar, quando falar da Freguesia de Águeda, temos além do rio – Recardães, para o lado de lá – Borralha; tendo essa noção geográfica não diz o que disse.” -----

----- **Deputado José Carlos Raposo Marques Vidal – GM do PS:** -----

----- “ A posição do PS aqui é clara; já defendemos o mesmo no ano passado, que é o seguinte: Eu acredito que neste período de dificuldades, independentemente do que o Professor Martins diz de se poder rever obras ou não, a manutenção das receitas da Autarquia é que vão ser reduzidas pelas transferências do Orçamento de Estado; é importante e mais importante é quando alguns projectos da Autarquia estão a avançar, inclusive ainda hoje saiu um de atribuição de rendas de casa a agregados com dificuldades, são altamente importantes na área social neste momento. -----

----- O voto do Partido Socialista é um voto de acreditar naquilo que vai fazer a Câmara e acreditar que ela vai conseguir gerir bem o nosso dinheiro. Se repararem nas contas da Câmara e há bocado na questão da verificação do Orçamento, neste momento disponível, a Câmara está a ser bem gerida em termos financeiros e económicos. Pode discordar-se das obras, inclusive toda a gente quer obras mas ninguém quer gastar dinheiro nas obras e agora já ninguém quer obras neste ponto; há bocado toda a gente queria obras. -----

----- Vamos acreditar que é possível e que conseguimos fazer isto. O voto do Partido Socialista é de apoio total ao Executivo, porque acreditamos que ele irá conseguir aplicar bem esta verba, que poderia ser reduzida e que eu admito que possa vir a ser reduzida e ser poupada noutras obras ou noutras situações. O nosso voto é logicamente favorável.” -----

----- Decorridas as interpelações, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, passou a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para responder aos intervenientes e prestar os devidos esclarecimentos, intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- “ Eu também sou morador em Águeda e também sinto na pele, tanto como os outros e obviamente que todos nós gostaríamos de pagar menos impostos. Mas, este ano nós quisemos fazer as contas e as contas foram muito fáceis de fazer. Nós fomos determinar quanto é que a Câmara recolhia de impostos e o número de prédios que eram abrangidos, dividimos e achámos a média. Não há aqui outras contas e foram estes valores que encontrámos. Obviamente que

nós gostaríamos de reduzir, mas não somos responsáveis pelos outros impostos todos que o António Martins esteve aqui a dizer. -----

----- Efectivamente, temos muitos impostos, mas nós estamos a fazer um esforço muito grande também em termos de contenção de despesas internamente e isso irá ser reflectido nas contas que nós iremos apresentar. Nós temos de tentar fazer sempre mais com menos e é isso que estamos apostados e posso vos dizer que estão a ser tomadas algumas medidas que vão ter efeitos maiores, porque não começámos isto agora. Isto não foi só reduzir o passivo, foi também entrar alguma gestão muito mais controlada, mas estamos numa reanálise de muitos princípios e que estamos convencidos que se irão reflectir nas contas deste ano e que se irão reflectir também nas contas do próximo ano. Mas, o corte que nós vamos levar em termos das receitas do Governo Central e das receitas directas da Câmara, vai ser muito grave Nós precisamos de fazer obras e precisamos também de fazer algum apoio social e começámos a fazê-lo. -----

----- Posso vos dizer que a mudança da Segurança Social ter deixado de pagar as refeições às IPSS's e passar essa obrigação para a Câmara vai corresponder a mais de duzentos mil euros por ano. São as contas preliminares que temos sobre essa situação. -----

----- Quanto às obras que estamos a fazer, foi uma situação que alguns meses atrás me incomodou sobremaneira e que me deixou a pensar seriamente o que é que se fazia. O quadro é negro há bastante tempo e depois de muito pensar aquilo que eu decidi foi que os projectos avançam todos até à altura que tem que se por a decisão final; se tivermos condições avança, se não tivermos condições paramos. Mas nós não podemos parar os projectos de avançar até ao momento em que temos que tomar a decisão final, porque se nós não avançarmos entre fazer um projecto e começar a obra, demoramos ano e meio e não há timings que esperem. Nós temos de os ter para poder apresentar. -----

----- O Centro de Artes é para darmos continuidade e espero que o possamos fazer. E não estou preocupado com as placas, porque como poderá ver pelo Concelho há muitas placas que já foram colocadas e poucas têm o meu nome; não estou preocupado com isso. Têm a rotunda do Millennium porque, infelizmente, chegámos ao Poder na Autarquia numa altura em que as coisas se complicaram de sobremaneira, porque muito foi falado e acho que não devia ter falado nessa, porque eu assisti a muitas Festas do Leitão com grandes promessas em que não vi rigorosamente nada. -----

----- O timing que nós temos para mudar a cidade é agora, porque é agora que nós temos ajudas para isso. Depois de 2013 a gente não sabe o que é que vem aí, mas de certeza que quem não aproveitar agora, poderá fazê-lo, mas é sem ajudas desse tipo. É o dilema que temos.

----- Nós temos de ter os apoios bem seleccionados, é para as cidades; mais um ou outro projecto temos aí que sai fora das cidades e para os Centros Educativos. -----

----- Nós compreendemos a situação geral do País e do Concelho mas é uma receita importante para a Autarquia, são mais de quinhentos mil euros que estão em causa neste imposto e por isso deixava à vossa consideração.” -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo verificado que a Assembleia, por Maioria, com nove votos contra (6-PSD e 3-CDS) e cinco abstenções (2-Indep; 2-PSD e 1-CDS), deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal para as Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os prédios urbanos – para o ano 2011. -----

----- **3.12 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal para aprovação de Majoração da Taxa do Imposto Municipal sobre Prédios Urbanos Degradados, para o ano 2011**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea f), do nº 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Não havendo inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo verificado que a Assembleia, por Unanimidade, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal para aprovação de Majoração da Taxa do Imposto Municipal sobre Prédios Urbanos Degradados, para o ano 2011. -----

----- **3.13 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal para aprovação de Majoração da Taxa do Imposto Municipal sobre Prédios Urbanos Devolutos, para o ano 2011**, nos termos da proposta e ao abrigo do disposto na alínea f), do nº 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Não havendo inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo verificado que a Assembleia, por Unanimidade, deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal da Majoração da Taxa do Imposto Municipal

sobre Prédios Urbanos Devolutos, para o ano 2011. -----

----- **3.14 – Discussão e Votação da Proposta da Câmara Municipal de Fixação da Taxa Municipal por Direitos de Passagem e atravessamento do domínio público e privado municipal por sistema, equipamentos e demais recursos destinados ao estabelecimento de redes de comunicação electrónica, para o ano 2011**, para cumprimento do disposto na alínea e), do nº 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

----- Não havendo inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo verificado que a Assembleia, por Maioria, com cinco abstenções (1-Ind.; 1-PSD e 3-CDS), deliberou aprovar a Proposta da Câmara Municipal de Fixação da Taxa Municipal por Direitos de Passagem e atravessamento do domínio público e privado municipal por sistema, equipamentos e demais recursos destinados ao estabelecimento de redes de comunicação electrónica, para o ano 2011. -----

----- **3.15– (Ins) Estabilidade sócio-económica do tecido empresarial do Concelho e do País face a previsíveis alterações, de liberalização aduaneira, cuja implementação é defendida no seio da U.E. – Voto de Protesto.** -----

----- De imediato, o Senhor Presidente da Mesa informou que este ponto foi pedido para ser integrado na Ordem de Trabalhos, pelo Grupo Municipal do CDS, tendo sido entregue à Mesa o texto do Voto de Protesto. -----

----- **Deputado António Manuel Fernandes Martins – GM do PS:** -----

----- “Senhor Presidente, eu faço uma rapidíssima resenha sobre o que nos traz aqui para este Voto de Protesto. -----

----- Como os Senhores sabem, frequentemente, se tem questionado neste País o problema das faltas de produtividade e da incapacidade do País em gerar maior volume e fluxos de exportação, porque a competitividade das empresas é, efectivamente, muito pequena comparada com outros Países. Acontece que, de alguns anos a esta parte, os acordos de comércio internacional previam um conjunto de medidas, nomeadamente, medidas de barreiras técnicas impostas aos produtos e taxas aduaneiras que regulavam, de alguma forma, os fluxos de mercadorias entre os diversos mercados. -----

----- Até Maio de 2004 havia uma série de Países que tinham liberalização de taxas porque

eram considerados Países em vias de desenvolvimento e países sem grandes capacidades produtivas. Posso dizer que, curiosamente, até essa altura, a China, que é hoje só a segunda maior economia do mundo, beneficiava num regime de taxa zero para entrada de mercadorias em Portugal. Eram muito poucas as mercadorias, alguns têxteis não estavam na altura à margem disso e mais umas quantas que não eram significativas, em que os produtos chineses tinham que pagar taxas. -----

----- A partir da entrada da China na organização mundial do comércio, os mercados foram abertos, algumas taxas foram ainda sendo impostas mas, neste momento, o que acontece é que relativamente a Países como a China, a Índia, Países Asiáticos, a União Europeia prepara-se para liberalizar por completo as taxas impostas sobre os produtos. -----

----- Portanto, isso vai colidir com a maioria da indústria nacional, que já de si está depauperada e em grandes dificuldades e que quando entrarem neste País mercadorias provenientes de Países onde não há respeito pelos direitos sociais, onde não há regras de controle relativamente à perigosidade dos produtos que são impostas, a partir desse momento, não haja dúvida nenhuma que, aquilo que até hoje nós clamamos de alguma defesa à indústria nacional vai completamente por água abaixo. -----

----- Não se trata aqui rigorosamente de vedar a entrada de mercadorias a Países que eles também têm algumas dificuldades e eu também entendo que, muitas das vezes, a ajuda aos Países se deve prestar mais nos locais onde as pessoas trabalham e onde vivem, mas há que ter alguma protecção aos mercados nacionais de União Europeia. -----

----- Se não o fizermos e o fizermos em tempo oportuno, correremos o risco de empobrecer gradativamente Países pobres e povos pobres não podem, necessariamente, ajudar aqueles que também o são. -----

----- Por isso, entendeu o CDS, no seio da Comunidade Europeia, apresentar um Voto de Protesto, à liberalização que se prepara implementada com alguns fins necessariamente económicos, porque não são propriamente as empresas nacionais desses Países que são elas que estão a ganhar; é o conjunto das multinacionais que deslocaliza fazendo dumping social constante e cada vez têm mais lucros, usufruindo precisamente desses rácios de débito social dos trabalhadores desses Países. -----

----- Portanto, vai o CDS apresentar na Comunidade Europeia este Voto de Protesto, que eu vou

passar a ler e que pedia aos Senhores Membros desta Assembleia e em consciência, se assim o entenderem, votem de acordo com ele ou contra ele.”-----

----- VOTO DE PROTESTO -----

-----“A indústria têxtil e do vestuário tem uma importância estratégica fundamental para Portugal, representando 11% do total das exportações, 22% do emprego da indústria transformadora, 8% do volume de negócios da indústria transformadora e 7% da produção da indústria transformadora.-----

----- Portugal tem cerca de 7.000 empresas que laboram praticamente em todos os subsectores da indústria têxtil e do vestuário, localizando-se maioritariamente no norte do país. -----

----- Desta actividade depende o sustento de inúmeros trabalhadores e respectivos agregados familiares, numa realidade de mão-de-obra intensiva que, se posta em causa, implicará situações de verdadeira catástrofe social, sem alternativas laborais para potenciais desempregados em massa, em regiões já de si muito deprimidas.-----

----- A indústria têxtil e do vestuário atravessa actualmente particulares dificuldades, tendo em conta a situação conjuntural, de crise, que se vive.-----

----- Portugal, infelizmente, apresenta uma das maiores taxas de desemprego da UE. -----

----- Não obstante - lamentavelmente - e ao contrário do que seria suposto, as Instituições Europeias preparam-se para aprovar uma decisão, que abrirá o mercado da União aos produtos têxteis e do vestuário, oriundos do Paquistão, na base daquilo que se designa de direitos "zero" e porventura da Cláusula MFN (Most Favoured Nation), o que significará a possibilidade de estender a liberalidade a outros países exportadores de têxteis, de grandes dimensões e potencial, como a Índia e a China.-----

----- Esta decisão, a verificar-se, seria devastadora para a indústria portuguesa se bem que, em particular, para as inúmeras empresas de uma vasta zona do norte do país, onde a incidência do têxtil se faz sentir de há muitos anos a esta parte.-----

----- As empresas portuguesas - a quem são feitas todas as exigências - para além do difícil contexto que já atravessam, passariam a ter de concorrer com empresas paquistanesas - e porventura, a breve trecho, com empresas indianas e chinesas - que, não tendo particulares preocupações com a realidade daquilo que é o trabalho infantil, da protecção ambiental, com a

protecção social dos trabalhadores ou com a natureza das matérias-primas utilizadas, subvertem as normais regras do mercado e, em manifesta concorrência desleal (suportada em permissivas políticas de dumping social e comercial), poderão colocar os seus produtos na União Europeia, abaixo daquilo que é o próprio preço de custo praticado pelas empresas portuguesas.-----

----- Se nada for feito para evitar a referida decisão, muitas empresas nacionais serão certamente forçadas a encerrar e os respectivos trabalhadores engrossarão, seguramente, a lista dos já inúmeros desempregados, com o inevitável aumento das responsabilidades sociais do Estado.-----

-----Tendo em consideração todas as consequência atrás citadas, o deputado europeu do CDS-PP, Dr. Nuno Melo, já requereu que o assunto fosse levado a debate no Parlamento Europeu, ao mesmo tempo que escreveu ao Primeiro-ministro Eng.º José Sócrates bem como ao Presidente da Comissão Europeia Dr. Durão Barroso, a quem instou a que - no âmbito das suas competências - se oponham a esta decisão.-----

----- Por outro lado, o Grupo Parlamentar do CDS-PP, na Assembleia da República, solicitou igualmente a audição urgente, do Senhor Ministro da Economia, para que dê explicações sobre este assunto, em sede parlamentar.-----

-----Impõe-se, não obstante, que a esta discussão se faça ao nível do Poder Local, não só nas regiões afectadas mas, sobretudo por questões de solidariedade nacional e social, em todos os municípios e regiões do país.-----

-----Trata-se, afinal, de contribuir para estancar o crescimento contínuo dos níveis de desemprego e o decréscimo dos níveis de empregabilidade, ajudar á sobrevivência das nossas empresas e, por paradoxal que possa parecer, forçar a adopção de um nível mínimo de políticas de protecção social e ambiental em países onde essa preocupação é, meramente, um objectivo marginal.-----

-----Neste contexto, propõe o Grupo Municipal do CDS-PP a Vs. Exas. a aprovação de um Voto de Protesto:-----

----- Contra a possibilidade de abertura dos mercado da União Europeia aos produtos têxteis e do vestuário, oriundos do Paquistão, da R.P. da China e da Índia, que/quando produzidos sem particulares preocupações de combate às realidades do trabalho infantil, sem o respeito

mínimo de exigências de protecção social dos trabalhadores, custos de protecção e conservação ambientais bem como sem qualquer fiscalização da perigosidade das matérias-primas, constituirão uma clara forma de concorrência desleal que, subvertendo as normais regras de mercado, porão em causa a subsistência e sobrevivência das empresas portuguesas do sector e, necessariamente, dos seus postos de trabalho. -----

----- Mais se reclama a pronta e firme intervenção do Senhor Primeiro-ministro e do Senhor Presidente da Comissão Europeia para, no âmbito dos seus mandatos e das suas competências se oporem a tais decisões. -----

----- Desta deliberação deverá ser dado conhecimento ao Senhor Presidente da Comissão Europeia, ao Senhor Primeiro-ministro, ao Senhor Presidente da Assembleia da República para que a faça chegar a todos os Grupos Parlamentares e ao Senhor Presidente da Associação Nacional de Municípios para que a divulgue por todos os municípios portugueses.”-----

----- Não havendo inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo verificado que a Assembleia, por Maioria, com três abstenções (1-PSD e 2-PS), deliberou aprovar o Voto de Protesto apresentado pelo Grupo Municipal do CDS.” -----

----- 3.16 – Proposta de Suspensão Parcial da Eficácia do Plano de Pormenor da Várzea e do Plano Director Municipal de Águeda e Proposta de Medidas Preventivas; Proposta de Elaboração da Revisão do Plano de Pormenor da Várzea. -----

-----“O Senhor Presidente da Câmara Municipal fez presente o processo que sustenta a proposta de Suspensão Parcial da Eficácia do Plano de Pormenor da Várzea, de Suspensão Parcial da Eficácia do Plano Director Municipal de Águeda e o Estabelecimento de Medidas Preventivas, para a área delimitada nas plantas que integram o processo, de acordo com a alínea b) do número 2 e do número 8 do artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, e fazendo-se acompanhar do parecer favorável emitido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, de acordo com o estipulado pelos números 4 e 7 do artigo 100.º e pelo número 4 do artigo 109.º do citado diploma. Posto isto foi analisado o processo, nomeadamente:-

----- 1- Fundamentação: a necessidade de adopção deste procedimento advém do facto dos instrumentos de gestão territorial em vigor, para a área em causa, impossibilitarem o

melhoramento das condições da prática desportiva do Pavilhão Gimnodesportivo do Gica, um dos locais de maior relevância concelhia. Assim, e no caso do Plano de Pormenor da Várzea, verifica-se que este plano não previu a possibilidade de expansão do pavilhão existente, limitando a sua área ao polígono de implantação inicial previsto no plano e construído em 1982, não tendo em atenção as necessárias adaptações e melhoramentos futuros a que o pavilhão tivesse que ser sujeito, impedindo deste modo a sua ampliação. Este plano encontra-se totalmente consolidado do ponto de vista edificatório, estando, no entanto, desactualizado, não tendo acautelado, como referido, a possibilidade de expansão dos equipamentos existentes na sua área de abrangência, no seu desenho urbano e nas demais peças escritas.-----

----- No caso do Plano Director Municipal de Águeda, o Coeficiente de Ocupação do Solo (COS) previsto não é compatível com a ampliação do pavilhão em causa, uma vez que o regulamento do PDM não acautelou devidamente a possibilidade de expansão das edificações preexistentes, sendo que, para o caso em questão, o COS se encontra esgotado desde a entrada em vigor do PDM, não permitindo assim a sua ampliação em resultado da melhoria das condições da prática desportiva e de segurança dos utilizadores -----

*----- **2-** .Incidência territorial: propõe-se a suspensão parcial da eficácia do Plano Director Municipal de Águeda, a suspensão parcial da eficácia do Plano de Pormenor da Várzea e o estabelecimento de medidas preventivas para a área delimitada na planta 03 que integra o processo.-----*

*----- **3-** Prazo: Propõe-se que a suspensão parcial da eficácia do Plano Director Municipal de Águeda, a suspensão parcial da eficácia do Plano de Pormenor da Várzea e o estabelecimento de medidas preventivas vigorem pelo prazo de um ano prorrogável por seis meses, caducando com a entrada em vigor da Revisão do Plano de Pormenor da Várzea, cuja elaboração foi deliberada em reunião de Executivo Municipal, de 24 de Setembro de 2010, ou da Revisão do Plano Director Municipal, a qual já se encontra a decorrer.-----*

*----- **4-** Disposições suspensas: na área identificada na planta 03 ficam suspensas, e de acordo com o referido no número anterior, as disposições constantes no número 6 do artigo 6.º do Regulamento do Plano Director Municipal de Águeda, publicado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 3/95, no Diário da República, I Série B, N.º 13, de 16 de Janeiro de 1995, e alterado pela Deliberação n.º 2130/2007, de 22 de Outubro, Diário da República, II Série, N.º 203, bem*

como as disposições constantes nas peças desenhadas e respectivo regulamento do Plano de Pormenor da Várzea, publicado por Deliberação constante do Diário da República II Série, N.º 142, de 23 de Junho de 1992.-----

----- *A Assembleia Municipal deliberou, por Maioria, e nos termos da alínea b) do número 2 e do número 8 do artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, proceder à suspensão parcial da eficácia do Plano de Pormenor da Várzea, à suspensão parcial da eficácia do Plano Director Municipal de Águeda e ao estabelecimento das medidas preventivas propostas, cujas delimitações se encontram nas plantas que fazem parte do processo e cuja redacção se transcreve:* -----

Artigo 1.º

Âmbito Territorial

A área sujeita a medidas preventivas encontra-se identificada na planta 03 em anexo.

Artigo 2.º

Âmbito Material

Na área referida no artigo anterior ficam sujeitas a parecer vinculativo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, as seguintes acções:

- a) Operações de loteamento e obras de urbanização, de construção, de ampliação, de alteração e de reconstrução, com excepção das que estejam isentas de procedimento de licenciamento ou comunicação prévia;*
- b) Trabalhos de remodelação de terrenos;*
- c) Obras de demolição de edificações existentes, excepto as que, por regulamento municipal, possam ser dispensadas de licença ou autorização.*

Artigo 3.º

Âmbito Temporal

As medidas preventivas vigoram pelo prazo de um ano, prorrogável por seis meses, caducando com a entrada em vigor da Revisão do Plano de Pormenor da Várzea ou da Revisão do Plano Director Municipal de Águeda.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou ao **Período de Intervenção do Público**, informando que a Mesa, para o efeito, não tinha recebido qualquer inscrição para intervir. -----

----- Uma vez esgotados os Pontos da Ordem do Dia, a Secretária da Mesa procedeu à leitura da Minuta da Acta desta Sessão, que posta a votação, pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, foi aprovada, por unanimidade. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu, de imediato, por encerrada a Sessão Ordinária, não sem antes agradecer a presença de todos, da qual, para constatar, se lavrou a presente Acta, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na Sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: